

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Madson Mendes dos Santos

**Memória Sobre Os Cortes De Madeira Na Comarca De
Ilhéus No Século XVIII**

Vitória da Conquista
Janeiro de 2014

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Madson Mendes dos Santos

**Memória Sobre Os Cortes De Madeira Na Comarca De
Ilhéus No Século XVIII**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Isnara Pereira Ivo

Vitória da Conquista

Janeiro de 2014

Sa596m Santos, Madson Mendes dos.

Memória sobre os cortes de madeira na capitania-comarca de Ilhéus no século XVIII; orientador Isnara Pereira Ivo - Vitória da Conquista, 2014. 77 f.

Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2014.

1. Memória 2. Exploração madeireira 3. Comarca de Ilhéus. Ivo, Isnara Pereira. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. IV. Título.

Título em inglês: Memory on cuts wood in the circuit court of the eighteenth century Ilheus.

Palavras-chaves em inglês: Memory, exploration timber, County of Ilheus.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

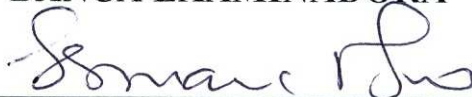
Banca Examinadora: Profa. Dra. Isnara Pereira Ivo (orientadora); Prof. Dr. Erivaldo Fagundes Neves (membro titular), Prof. Dr. Marcello Moreira (membro titular), Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva (suplente), Profa. Dra. Maria de Fátima Novaes Pires (suplente).

Data da Defesa: 27 de janeiro de 2014.

Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Isnara Pereira Ivo(UESB)
(Orientadora)



Prof. Dr. Marcello Moreira (UESB)



Prof. Dr. Erivaldo Fagundes Neves (UEFS)

SUPLENTE

Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva (UESB)

Profa. Dra. Maria de Fátima Novaes Pires (UFBA)

Local e Data: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 27 de Janeiro de 2014.

Resultado: Aprovado

Dedico este trabalho à minha esposa Kézia,
por seu amor e sua amizade.

AGRADECIMENTOS

Este é o melhor momento de uma longa caminhada, o agradecimento às muitas pessoas que dela fizeram parte e que tornaram o sonho de um mestrado possível. Foram palavras de amor, de amizade, de incentivo (você vai conseguir!) e de carinho, as quais sem dúvida fizeram muita diferença para fortalecer os meus dias.

Primeiramente, não irei agradecer a uma pessoa, mas sim a um Deus, supremo e de amor. Agradeço a ti, Senhor, por me proporcionar todos os momentos vividos em dois anos de lutas, de incertezas e de vitórias. Que seu nome seja sempre glorificado, Jesus!

Agradeço aos meus pais, que me apoiaram sempre, com palavras, orações e muito incentivo, de todas as formas possíveis. Muito obrigado! Agradeço também às minhas irmãs e aos meus cunhados (irmãos) pelo apoio dado, sempre.

Agradeço à minha esposa, Kézia, por seu amor, amizade, companheirismo, compreensão e carinho. Saiba que, sem você, nada disso seria possível. Seu apoio foi fundamental para a conclusão da dissertação ainda com equilíbrio. Você esteve comigo nos momentos de incerteza e de tristeza, mas também me motivou para os momentos de alegria.

Agradeço à minha orientadora, professora Dra. Isnara Pereira Ivo, por todo o apoio dado, pelas orientações e recomendações. Seus conselhos, indicações e sugestões ao longo deste trabalho sempre foram pertinentes, demonstrando o que, por muitas vezes, não consegui enxergar, de forma que a permanência de qualquer incorreção é de minha inteira responsabilidade. Obrigado também aos professores Marcello Moreira e Edvania Gomes, que contribuíram para a conclusão desta dissertação com muitas sugestões.

Obrigado aos meus amigos pelas palavras de incentivo e apoio, vocês também fizeram parte desta caminhada. Ao meu amigo Joslan um agradecimento especial, por compartilhar suas dúvidas e sorrisos. Às minhas amigas Carla e Rose fica aqui registrado o meu carinho e o meu agradecimento pela compreensão e pelas palavras de incentivo e motivação.

Um obrigado especial ao professor Dr. Marcelo Henrique, pelo incentivo e amizade. Agradeço por fornecer a base das fontes utilizadas para esta pesquisa e pela

disponibilidade para retirar as muitas dúvidas que surgiram ao longo do estudo. Agradeço também à professora Dra. Livia Diana, pelos conselhos e incentivo.

Agradeço a todos os amigos da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, que fizeram parte dessa caminhada, tanto de forma direta quanto de forma indireta, e que contribuíram, ainda, durante a graduação, nas pesquisas que se tornaram alicerces para este mestrado. Cristiano Marcelo, Leandro Dias, Victor Gonçalves, Zidelmar Santos, Bruno Moreira e Gennyson Silva, Renato Silva, obrigado por compartilharem os sonhos e os muitos momentos de pesquisas juntos, essa vitória também é de vocês.

Agradeço aos meus amigos Luciano Nascimento e Silvestre Viana, pelos momentos de “loucura e lucidez” nos muitos ensaios musicais que alimentaram a alma. Em muitos momentos, foram vocês os responsáveis pela minha plenitude mental.

RESUMO

O trabalho é um estudo sobre a exploração madeireira na Capitania e Comarca de Ilhéus no século XVIII. Pretende-se analisar como se dava o processo administrativo da exploração das florestas, as funções criadas para tal atividade, assim como as hierarquias definidas para este fim. A documentação usada neste estudo são Memórias, Notícias e Ofícios escritos por pessoas que estão diretamente vinculadas à exploração madeireira: Baltasar da Silva Lisboa, Francisco Nunes da Costa e Domingo Alves Branco Muniz Barreto. Estas memórias encontram-se digitalizadas em *CD rooms* no Projeto Resgate. São documentos que fazem parte do acervo da Biblioteca Nacional do Brasil e do Arquivo Ultramarino. Tais fontes trazem informações sobre as relações comerciais, a administração e a hierarquização das funções administrativas dos cortes de madeira.

PALAVRAS-CHAVE

Memória. Exploração madeireira. Comarca de Ilhéus.

ABSTRACT

The work is a study on exploitation timber in the Captaincy and County of Ilheus in the eighteenth century. We intend to analyze how was the administrative process from exploitation in forests, created for such activity, as well as the hierarchies defined for this purpose. The documentation used in this study are Memories News & Crafts written by people who are directly related to exploitation timber: Baltasar da Silva Lisboa, Francisco Nunes da Costa and Domingo Alves Branco Muniz Barreto. These memories are digitized in CD *rooms* in Project Rescue. Are documents that are part of the National Library of Brazil and the Overseas Archive collection. These sources provide information on trade relations, administration, the hierarchy of the administrative functions of the cuts of wood.

KEYWORDS

Memory. Exploration timber. County of Ilheus.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A CAPITANIA E COMARCA DE ILHÉUS NO SÉCULO XVIII	21
3 A EXPLORAÇÃO MADEIREIRA NA COMARCA DE ILHÉUS	35
3.1 OS ADMINISTRADORES DOS CORTES DE MADEIRAS	42
3.2 A HIERARQUIA ADMINISTRATIVA NOS CORTES DE MADEIRAS	46
4 A ECONOMIA FLORESTAL	50
4.1 ESPÉCIES FLORESTAIS E SUAS APLICABILIDADES	57
4.2 CONEXÕES COMERCIAIS	67
5 CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

O trabalho tem por propósito analisar a exploração madeireira na Capitania e Comarca de Ilhéus no século XVIII. Partindo da ideia de existência de uma economia desenvolvida na colônia, estabelecida a partir da extração de madeiras, bem como da presença de cargos administrativos de controle sobre as atividades florestais existentes na América portuguesa, pretende-se demonstrar que esses se desenvolveram, até certo ponto, independentes do controle central estabelecido por Portugal.

Durante parte do século XX, alguns estudos sustentaram a imagem de que tanto as organizações econômicas, quanto as administrativas, no Brasil, fizeram-se absolutamente subordinadas a Portugal. Dessa forma, reforçaram o argumento de que o Pacto Colonial teria impedido algumas flutuações econômicas satisfatórias dentro dos espaços da América portuguesa, bem como teria afastado a ideia de criação de relações administrativas que se desenvolvessem em torno de interesses locais na colônia. Seria essa a face do Antigo Sistema Colonial, ainda amparada por aspectos Mercantilistas de utilização da colônia apenas como fornecedora de riqueza para a metrópole e de um poder constituído e centralizado na monarquia Absolutista.

Um dos estudos inseridos nessa perspectiva é o de Prado Júnior (PRADO Jr., 1994). Segundo esse autor, durante o período colonial, o Brasil estabeleceu, no âmbito interno, em caráter comercial, apenas atividades de subsistência orientadas pela produção de gêneros voltados para o abastecimento dos grandes centros urbanos, com o desenvolvimento de um comércio de cabotagem “mais ou menos importante” praticado na costa brasileira (PRADO Jr., 1994, p. 233).

Em relação à administração, Prado Jr. procurou demonstrar a complexidade dos órgãos e confusão de funções na colônia, resultados de um “funcionalismo inútil e numeroso”, destacando que Lisboa foi a “única cabeça pensante” sobre os negócios que ocorreram na América portuguesa e, por isso, concentrou em si toda a administração do Império. Essas características transformavam a administração colonial “senão naquela monstruosa, emperrada e ineficiente máquina burocrática” (PRADO Jr., 1994, p. 333).

A obra de Novais (NOVAIS, 1989) utilizou-se da política mercantilista como modelo explicativo para as relações entre os dois polos do sistema mantido entre metrópole-colônia, afirmando que esses se estiveram consoante um esquema tido como desejável. Era um centro de decisão, a metrópole, e outro subordinado, a colônia,

estabelecendo o quadro institucional para a dinamização da economia metropolitana a partir das atividades coloniais (NOVAIS, 1989, p. 62).

Os trabalhos de Prado Jr. (PRADO JR., 1994) e de Novais (NOVAIS, 1989) demonstraram, em suas interpretações, certa fragilidade dentro da administração e da economia na América portuguesa. Elegeram Portugal como centro administrativo e comercial, de onde partiam as ordenanças administrativas, sendo convergidas para este as riquezas retiradas da sua colônia. A colônia foi meramente local de exploração e de controle por parte dos mecanismos empregados pela Coroa portuguesa. O cenário apresentado por Prado Jr., por exemplo, impede de aventar a existência de quadros administrativos definidos e hierarquizados, bem como de um circuito comercial inserido dentro da América portuguesa.

Estudos recentes têm proposto uma revisão historiográfica sobre esses temas, atribuindo à colônia um papel mais participativo na composição dos cargos e ofícios e também reforçando a importância sobre os circuitos comerciais estabelecidos no Império Português. Uma das abordagens atuais sobre a administração colonial do Brasil partiu de Hespanha (HESPANHA, 2010). Segundo ele, uma multiplicidade de estatutos poderia descrever as formas institucionais usadas durante a expansão portuguesa. Mesmo sendo as colônias portuguesas ligadas à metrópole por um vínculo político, faltava uma constituição colonial que fosse integrada, isso até o século XIX. Ou seja, não existia um *status* unificado para as populações coloniais. Tratava-se, antes de tudo, de uma heterogeneidade no estatuto pessoal dos povos que viviam no Império, criando uma pluralidade de vínculos políticos e situações jurídicas na colônia (HESPANHA, 2010, p. 54-57). Isso ampliava ainda mais as dificuldades de promover uma centralização de ações pela Coroa portuguesa na colônia.

Assim não ocorreu uma uniformidade e um poder político ilimitado que correspondesse às características de Estados centralizados que não fizeram parte desse Império. Existiu, na verdade, justaposição institucional, pluralidade de modelos jurídicos (fruto da diversidade de estatuto pessoal), diversidade de limitações constitucionais do poder régio e, conseqüentemente, um caráter mutuamente negociado de vínculos políticos (HESPANHA, 2010, p. 57). Essa pluralidade de espaços de decisão demonstrava a heterogeneidade dos corpos e corporações, estados que se constituíam em polos de poder com relativa autonomia entre si, dotados de campos de jurisdição ou ação (BICALHO, 2010, p. 345).

Na colônia, alguns cargos administrativos eram ocupados pelas elites locais que se inseriram progressivamente nas estruturas de mando do governo, sobretudo, no século XVIII, atuando em atividades econômicas e de caráter político-social, incluindo cargos militares, administrativos e jurídicos. A partir disso, supõem-se os cargos diversos e mercês que compunham as relações mantidas com as redes de famílias que permaneciam próximas ao governo central, ocupando os cargos administrativos e de atividades econômicas (MARTINS, 2007, p. 414 e 421). No caso de Ilhéus, uma parte da elite local participava dos negócios que envolviam a extração florestal, inclusive por indicação direta de oficiais. O cargo de tesoureiro dos cortes de madeiras, por exemplo, era exercido por um morador local indicado pela Câmara Municipal da vila de Cairu (DIAS, 2010, 199).

Embora ocorresse que determinados cargos do quadro administrativo da América portuguesa fossem ocupados por funcionários ligados à administração central da metrópole, o próprio circuito econômico desenvolvido na colônia se encarregou de produzir uma elite local participante da administração colonial, nesse caso, no século XVIII. Os séculos XVI e XVII foram responsáveis por definir e classificar as hierarquias que se formavam na colônia.

A expansão ultramarina portuguesa promoveu a atribuição de ofícios e cargos civis, militares e eclesiásticos aos indivíduos encarregados do governo nessas novas áreas. A Coroa passou a conceder privilégios comerciais a indivíduos e grupos associados (elites comerciais), criando uma cadeia de poder e de redes de hierarquia que se estendiam desde o reino até a colônia (GOUVÊA, 2001, p. 288).

Na exploração madeireira em Ilhéus, formaram-se grupos beneficiados com as atividades extrativistas. Alguns deles conseguiram participar à frente da administração dos Cortes Reais de madeiras, como se verificou no ano de 1776, momento em que se realizou a substituição, após uma rápida passagem pela administração florestal, do então Inspetor dos Cortes Reais, Luís Caetano Simões, por administradores particulares, que nada mais eram do que negociantes de madeiras.¹

Ocorreu, assim, um equilíbrio entre o poder central vindo de Portugal, que era responsável pela fundamentação de cargos oficiais na colônia e outro, que partiu das características existentes no âmbito colonial e do próprio movimento econômico

¹ Memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus, cortes de madeiras etc, regulamento dos cortes e estado atual... por Baltazar da Silva Lisboa. 1803 aprox., 2 docs originais, 43 f. ms 512 (56, doc. 24) (pastas 20 e 54). p. 9 e 10. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

responsável não apenas por enviar riquezas para a Coroa, mas, também, por reproduzir certa dinamização comercial na colônia. A criação de cargos administrativos nos cortes de madeiras também promoveu uma rede de funcionários pagos pela Coroa portuguesa, que participava da circulação econômica colonial e era parte integrante de uma modesta elite local.

Na praça mercantil do Rio de Janeiro, por exemplo, os grupos que ali compunham uma elite mercantil eram os principais responsáveis por absorver o excedente econômico produzido na colônia (FRAGOSO, 1998, p. 349). Para a exploração madeireira, não se tratava apenas de consumir gêneros agrícolas ou de comprar e vender escravos, o circuito extrativista oferecia diversas relações econômicas. Para além de uma hierarquia administrativa, houve um grande contingente de trabalhadores encarregados dos cortes de madeiras, tanto livres como escravos alugados. Ocorria a necessidade de transporte de madeiras por terra e por água, sendo conferidos fretes generosos, principalmente aos donos de embarcações. Alguns colonos se beneficiavam com o pagamento de madeiras retiradas de suas posses. Existiram, ainda, na Capitania de Ilhéus, estaleiros responsáveis por transformar as toras em peças menores para facilitar o transporte, como também ocorria a construção de inúmeras embarcações que eram utilizadas nos próprios circuitos comerciais. A produção madeireira nessa região foi tão importante que muitas das povoações que surgiram nesse período tiveram suas fundações realizadas no entorno comercial da exploração florestal.

A economia colonial – nesse caso compreendida também pela exploração florestal – entre o século XVIII e início do XIX era muito mais complexa que um *plantation* escravista. Essa complexidade se verificou em função da capacidade de aumentar as receitas das produções voltadas para o abastecimento interno – daí se observam a criação dos cargos e funções que estavam associados aos processos extrativistas e que movimentavam grandes receitas oficiais, bem como as relações econômicas de todas as espécies mantidas a partir do uso da floresta: corte, transporte (por terra e por água), alugéis de escravos e animais, etc. – o que correspondia a acumulações endógenas no espaço colonial (FRAGOSO, 1998, p. 23). Não era apenas uma circulação de mercadorias, produtos e alimentos, mas também relações hierárquicas estabelecidas para administrar os processos extrativistas que movimentavam valores no mercado interno.

A monetarização que existiu na Capitania de Ilhéus no século XVIII talvez tenha sido um dos principais fatores divergentes de outras regiões, como, por exemplo, o da

praça mercantil do Rio de Janeiro no final do mesmo século. Nesta, ocorreu pouca circulação de moedas e uma significativa concentração de riquezas nas mãos de sua elite mercantil (FRAGOSO, 1998, p. 306). Tal concentração de riqueza não foi característica da exploração madeireira. Embora tenha ocorrido a existência de uma modesta elite em Ilhéus, a participação nas atividades extrativistas marcou o exercício econômico de uma parcela significativa daquela população.

Não que deixasse de existir um mercado externo, porém essa produção madeireira voltada para atender Portugal passou a concorrer no século XVIII com as diversas atividades desenvolvidas na colônia, baseadas na utilização de madeiras. Tal produção, voltada para abastecer o mercado interno, é o que Fragoso (1998) descreve como “economia endógena”.

Para a realização dessas diversas análises, serão utilizados uma documentação distribuídas entre Memórias, Notícias e Ofícios escritos por pessoas que estão diretamente vinculadas à exploração madeireira: Baltasar da Silva Lisboa, Francisco Nunes da Costa e Domingo Alves Branco Muniz Barreto. Essas memórias encontram-se digitalizadas em *CD rooms* no Projeto Resgate. São documentos que fazem parte do acervo da Biblioteca Nacional do Brasil e do Arquivo Ultramarino de Portugal.

Esses documentos são ofícios emitidos entre os administradores dos Cortes Reais de madeiras e a Coroa portuguesa; referem-se às solicitações de madeiras e outras matérias primas necessárias à construção naval, tais como amarras feitas de piaçava,² cortes das espécies de madeiras de acordo com suas propriedades e resistência, densidade do porte da madeira e seu valor de mercado. Essas fontes informam sobre o funcionamento dos Cortes de Reais no período da segunda metade do século XVIII e início do XIX. Contêm a participação dos agentes administrativos e sua hierarquia nos cortes de madeiras, identificando funções e cargos, bem como seus respectivos vencimentos. Informam ainda a existência de serrarias e estaleiros, tanto em áreas responsáveis pelos cortes de madeiras, quanto na Ribeira de Salvador, locais onde se realizava a transformação da madeira em peças ou até mesmo em embarcações e onde se afirmava a ocorrência de envio de madeiras para Lisboa. Esses relatos de memórias trazem informações sobre o Plano de Conservação das matas de Ilhéus e suas propostas

² A palmeira *Attalea Funifera Martius*, conhecida por piaçava ou piaçaba, é espécie nativa e endêmica do sul do Estado da Bahia. O nome vulgar piaçava é de origem tupi, traduzido como “planta fibrosa” com a qual se faz utensílios caseiros. Fonte: <http://www.ceplac.gov.br/radar/piacava.htm> Acesso em: 25/12/2013. Na indústria naval do século XVIII, pela sua característica fibrosa, a piaçava era muito utilizada na fabricação de amarras de alta resistência.

pelo Juiz Conservador das Matas, Baltazar da Silva Lisboa. São cinco fontes primárias distribuídas entre memórias, ofício e notícias.

- Documentos relativos ao corte de madeiras na Comarca de Ilhéus do Ouvidor Baltazar da Silva Lisboa. Queluz, Valença, 1791-1806. 24 docs. Originais e cópias, 70 f. Ms 512 (47, doc. 08) (CD-BN) (*memória*). Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.
- Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes de madeiras, regulamento dos cortes e estado atual desta dependencia, até o dia 1 de agosto de 1803. Por Baltazar da Silva Lisboa, 1803, f. 8, ms. 512 (56, doc. 24) (CD-BN). Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.
- Memória sobre os cortes de madeira de construção estabelecidos na Comarca de São Jorge dos Ilhéus. (autoria atribuída a Domingos Alves Branco Muniz Barreto; ano provável 1800). Rio de Janeiro, BN, Ms 512(47, doc. 2) (CD-BN). E “Appendice com varias Tabellas que se ajuntão ao contexto da Memoria sobre os Cortes de Madeiras de construção estabelecidos na Comarca de S. Jorge dos Ilheos Pertencente A Capitania da Bahia”. Rio de Janeiro, BN, Ms 512(47, doc. 2) (CD-BN). Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.
- Notícia da viagem e jornadas que fez o capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas vilas e aldeias da Comarca de Ilhéus e Norte da Capitania da Bahia, (sem data, posterior a 1792). Rio de Janeiro: BN, 1 doc. Original 17 f. inim. 5 est. Coloridas. Ms 512 (50) (CD-BN). Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.
- Ofício ao Desembargador dos Reais Cortes sobre a perda dos dois paus destinados a servi de mastros à Fragata ‘Princesa Carlota’. Cairu, 1 de outubro de 1790. 2 docs. 3 f. ms 512 (46) (CD-BN). Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

Esses relatos fazem parte de um conjunto de avaliações realizadas pelo então Ouvidor da Comarca de Ilhéus, Baltazar da Silva Lisboa, sobre as atividades extrativistas irregulares feitas pelos colonos, algo que prejudicava os interesses da Coroa portuguesa. Tais documentos reúnem também informações a respeito do Plano de Conservação das Matas de Ilhéus de 1797 e apresentam algumas propostas de Silva Lisboa para combater o uso inadequado das madeiras pelos ditos colonos, que o faziam a partir da realização da queima da floresta para plantação de mandioca ou do corte de madeira ilegal. Dentre os homens “queixosos” do Plano de Conservação de Lisboa, destacam-se dois: o primeiro era o padre Joaquim Francisco da Malta, que possuía terras entre a Cachoeira Grande (possivelmente local denominado nos dias atuais como Cachoeira de Pancada Grande, no município de Ituberá), até Grapiúna (Igrapiúna nos dias atuais). Segundo Silva Lisboa, esse padre retirava madeiras das terras dos índios e de outras propriedades particulares, mas, com o advento do Plano de Conservação das Matas, “viu-se privado das vantagens que a sua ambição e interesses lhe prometiam e não sendo molestado buscou induzir aos povos, a mil desatinos espalhou terrores e

pânicos até pelo governo”.³ Silva Lisboa também entrou em conflito com o segundo queixoso, José de Sá Bitencourt, que possuía terras nas cabeceiras do rio Pinaré e ambicionava realizar ali extração de madeiras de sucupira, porém sem respeitar o Plano de Conservação das Matas.⁴

O segundo documento para nossa avaliação é a “Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes de madeiras...”. Esse texto, também de autoria de Baltasar Silva Lisboa, é datado de 1803. Apresenta diversas informações acerca dos quadros administrativos dos Cortes Reais, como, por exemplo, o nome de alguns Inspectores dos cortes de madeiras, como Luís Caetano Simões e Francisco Nunes da Costa. Identifica algumas espécies florestais comercializadas com Portugal e a Ribeira da Capitania da Bahia. Apresenta, ainda, algumas atividades extrativistas e suas práticas de corte e manejo das árvores. Também são apresentados nesse documento dados sobre a produção naval e o combate ao desperdício de madeiras realizado a partir do Plano de Conservação das Matas de Ilhéus.

O terceiro documento é a “Memória sobre os cortes de madeira de construção estabelecidos na Comarca de São Jorge dos Ilhéus...” e seu apêndice. As informações nele contidas referem-se aos administradores dos cortes de madeiras, quem eram, quando administraram e quanto recebiam por isso. No que concerne aos quadros de funcionários que trabalhavam nos processos extrativistas e de transporte, destacam-se seus respectivos vencimentos e algumas tabelas, que identificam valores para a construção de navios de guerra e o nome de cada peça utilizada para essa construção, além do número de trabalhadores para tal empreitada, espécies florestais comercializadas e seus valores e aplicabilidade. Esses documentos são de autoria de Domingos Alves Branco Muniz Barreto e nos revelam, em finais do século XVIII, certa potencialidade da floresta da Comarca de Ilhéus como fornecedora de matéria-prima para a indústria naval, tanto por parte da Coroa portuguesa, quanto para a construção de embarcações na colônia.

O quarto documento é a “Notícia da viagem e jornadas que fez o capitão...”, também de autoria de Muniz Barreto. Aqui, o autor realiza uma série de observações sobre os aldeamentos indígenas de Jequiriçá, a partir de algumas expedições realizadas

³ Documentos relativos ao corte de madeiras na Comarca de Ilhéus do Ouvidor Baltazar da Silva Lisboa. Queluz, Valença, 1791-1806. 24 docs. Originais e cópias, 70 f. Ms 512 (47, doc. 08) (CD-BN). p. 5 e 6. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

⁴ Documentos relativos ao corte de madeiras na Comarca de Ilhéus do Ouvidor Baltazar da Silva Lisboa. Queluz, Valença, 1791-1806. 24 docs. Originais e cópias, 70 f. Ms 512 (47, doc. 08) (CD-BN). p. 6. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

na região. Apresenta informações sobre a vivência dos nativos e relata como estes poderiam ser utilizados nos cortes e conduções de madeiras, tanto por causa dos seus conhecimentos das espécies florestais, como da habilidade na condução de toras de madeiras pelos rios.

O quinto documento é o “Ofício ao Desembargador dos Reais Cortes sobre a perda dos dois paus destinados a servi de mastros à Fragata ‘Princesa Carlota’...”. Este documento, de autoria do Inspetor dos Cortes Reais, Francisco Nunes da Costa, analisa as melhorias que poderiam ser empreendidas nos cortes de madeiras para a diminuição dos custos para a Coroa portuguesa, como, por exemplo, a substituição do pagamento de fretes a embarcações pela compra de embarcações próprias para a realização do transporte de madeiras.

Estes registros são vistos aqui como “lugares de memória” (NORA, 1993), que serão tratados como espaços que guardaram fragmentos da exploração madeireira na Capitania e Comarca de Ilhéus no século XVIII. Ele se ampara no modelo investigativo de Ginzburg (GINZBURG, 1990) dos “pormenores” de um documento.

Ginzburg utiliza-se de três personagens para analisar o que ele iria chamar de método indiciário. O primeiro estaria associado aos signos pictóricos de Morelli, utilizados para avaliar a autenticidade de algumas obras de artes, seguindo particularidades de cada artista para o reconhecimento de tais como verdadeiras. O segundo partiria da análise do personagem fictício Sherlock Holmes, que, a partir de indícios imperceptíveis para a maioria, poderia identificar o autor de um crime. O terceiro estaria presente na psicanálise de Freud, que, a partir da análise de sintomas, procuraria penetrar em coisas concretas e ocultas a partir de elementos pouco notados ou despercebidos (GINZBURG, 1990, p. 146-150). Nos três casos, as “pistas” seriam fundamentais para a análise e a compreensão dos elementos avaliados. Para o trabalho aqui apresentado, a apreciação minuciosa dos documentos será de suma importância para o entendimento dos relatos de memória e, conseqüentemente, para o alcance das respostas para as questões levantadas sobre a Capitania e Comarca de Ilhéus, visto ser, em muitos casos, necessário o cruzamento de informações de documentos e mapas da época para compreender itens que não são verificados plenamente de forma isolada.

No caso da memória, para Nora, esta seria a ligação direta de grupos vivos com o passado, o que não é considerado, por exemplo, pela história. Entretanto o que a memória nos legaria desse passado seriam os restos de memória. À medida que desaparece a memória, nós acumulamos vestígios, testemunhos, documentos, imagens,

discursos, sinais visíveis daquilo que algum dia foi uma representação da memória (NORA, 1993, p. 15). Assim sendo:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13).

Segundo Nora, um “lugar de memória” faz parte dos restos de memória ainda visitados pela história. Esse lugar já não pode ser considerado puramente memória, pois não é mais vivido, não é espontâneo e sua ruptura com o tempo já foi realizada. Mesmo assim, ainda é memória, pois se comemora, celebra, etc.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema da sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual nos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (NORA, 1993, p. 7).

Esse é o momento em que “Não se celebra mais a nação, mas se estudam as celebrações”. A sociedade procura conservar sua memória como forma de reconstituição de si mesma e, por isso, salva seus vestígios, documentos, imagens, etc. Nesse ponto, a história surge como instrumento para encontrar uma definição que não é mais compreensível a partir da memória (NORA, 1993, p. 14).

Para o objeto de estudo aqui apresentado, os relatos de memória sobre a exploração madeireira na Comarca de Ilhéus no século XVIII são revelados em cada documento dirigido aos diversos agentes da Coroa portuguesa. Esses documentos, repletos de vestígios de uma sociedade extrativista, demonstram-nos, a partir de relatos, a organização dos grupos administrativos; dão conta das inúmeras remessas de madeiras que eram retiradas dos Cortes Reais e suas diversas propriedades e aplicações; indicam ainda a mão de obra utilizada nos processos extrativistas e outras diversas características que compunham a Comarca de Ilhéus no século XVIII. A história, nesse ponto, apropria-se dos relatos de memória como um método investigativo, a partir de uma análise crítica da problematização dos acontecimentos e da reflexão sobre os fatos. A implicação desses estudos na perspectiva da utilização dos documentos referentes à

exploração madeireira nos leva a novas abordagens para os estudos em memória/história.

A partir dos dois aspectos apresentados sobre a exploração de madeiras na Comarca de Ilhéus no século XVIII e de suas características administrativa e econômica, o presente trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro capítulo parte de uma releitura historiográfica sobre Ilhéus no século XVIII. Durante muito tempo, atribuiu-se ao período colonial dessa região um caráter de isolamento devido ao seu relevo e, sobretudo, por conta de suas densas matas. Dessa forma, alimentou-se a ideia de que os núcleos de populações que surgiram ali praticamente vegetaram (PRADO Jr., 1994, p. 48). Porém o que se tem apresentado nos estudos recentes sobre a utilização da floresta em Ilhéus, principalmente no século XVIII, é que as matas que constituíam o cenário da capitania, ao contrário de ser um empecilho ao desenvolvimento econômico da região, foram de fundamental importância para a circulação monetária dentro dela.

O segundo capítulo constitui uma análise dos quadros de funcionários identificando a estrutura administrativa da exploração madeireira na Comarca de Ilhéus no século XVIII. Uma gama de agentes da Coroa desempenharam diversos cargos ao longo de mais de cem anos, como Inspetores, Ouvidores e Juízes. Existiram funções desempenhadas dentro do próprio espaço dos cortes de madeiras, como no caso dos mestres carpinteiros. O objetivo é avaliar quem eram esses indivíduos e qual a importância de suas funções para o processo extrativista da floresta. Ainda é de interesse neste capítulo mostrar a hierarquização nos cortes de madeiras e os valores que compunham a relação entre trabalho/floresta. O pagamento realizado aos diversos cargos da administração dos cortes de madeiras e o modo como era realizado o trabalho ajudarão a compreender como essas reservas financeiras provenientes de Portugal contribuíram para o fortalecimento econômico de Ilhéus no século XVIII.

O terceiro capítulo buscará avaliar a dinâmica comercial desenvolvida na Comarca de Ilhéus durante o século XVIII. Nesse sentido, a análise recairá sobre as áreas extrativistas, as finalidades comerciais do uso das madeiras e as espécies florestais comercialmente exploradas. Muitos estudos, como o de Mille, (MILLE, 2000), afirmam que a floresta, sob a responsabilidade da Coroa portuguesa, foi intensamente utilizada no terceiro século de colonização.

Preliminarmente, conclui-se que a exploração madeireira, durante o século XVIII, esteve voltada para atender tanto as necessidades de um mercado consumidor

permanente em Portugal, que era amparado por uma indústria naval em pleno desenvolvimento no mesmo século, ampliado pelas questões comerciais que envolvia o deslocamento para as distintas colônias no globo, quanto, também, as necessidades militares, em decorrência das profundas transformações ocorridas na Europa em finais do século, a partir da Revolução Francesa. Além disso, concorreu para essa exportação o comércio interno de madeiras.

2 A CAPITANIA E COMARCA DE ILHÉUS NO SÉCULO XVIII

Este capítulo tem por finalidade analisar parte da historiografia dedicada à Ilhéus do século XVIII. Também é de interesse identificar o surgimento da Capitania e sua transição para a Comarca de Ilhéus no referido século. Além disso, pretende-se realizar uma breve análise sobre a região da Comarca de Ilhéus e seu entendimento historiográfico para os recentes trabalhos dedicados ao tema.

A fundação da Capitania de Ilhéus ocorreu em 1534, ano em que foi doada a Jorge de Figueiredo Corrêa. As cinquenta léguas (um pouco mais de 300 km) da Capitania faziam fronteira territorial com a Capitania de Porto Seguro, doada a Pero do Campo Coutinho e com a Capitania da Bahia, doada a Francisco Pereira Coutinho (ABREU, 1988, p. 79-83). As Cartas de Doações das capitanias, fruto da primeira divisão de terras feita pelo rei D. João III, apresentam as demarcações de territórios que deixam dúvidas quanto ao ponto real de divisa entre as Capitanias da Bahia e de Ilhéus. A Carta de Doação da Capitania da Bahia informa seu limite ao Norte, a partir da foz do rio São Francisco, que desagua no oceano Atlântico, região onde está localizada nos dias de hoje a cidade de Piaçabuçu, no Estado de Alagoas. Ao Sul, contavam as cinquenta léguas até a ponta Sul da Baía de Todos os Santos, região limite que também foi verificada na Carta de Doação da Capitania de Ilhéus. Porém as dúvidas que surgiram a respeito do limite entre a Capitania de Ilhéus e a da Bahia informavam que a Carta de Doação da Capitania da Bahia trazia um termo complementar em que dizia que não se alcançando de Norte para o Sul, até a ponta da Baía de Todos os Santos, as cinquenta léguas, deveriam estender seu território até que ocorresse a sua ocupação total, algo que poderia proporcionar a invasão do território pertencente a Capitania de Ilhéus (ACCIOLI, 1925, p. 190 e 211). Esse ponto de dúvida foi responsável, sobretudo, por disputas econômicas na região, visto que alguns processos extrativistas de madeiras durante o período colonial tornaram os limites por muitas vezes “flutuante”.

Segundo Campos (CAMPOS, 2006, p. 4), apenas em 1696 os limites territoriais da Capitania de Ilhéus foram fixados por definitivo, estabelecendo o rio Jequiriçá como limite ao Norte e, ao Sul, o rio Jequitinhonha (esse último definido desde a primeira divisão pelo rei D. João III). Esses limites foram mantidos mesmo com o fim da Capitania Hereditária de Ilhéus em 1761, ano em que esta foi incorporada à Capitania Real da Bahia. Nesse período, a administração pombalina eliminou por definitivo as últimas donatárias ainda existentes na colônia portuguesa, sendo Ilhéus e Porto Seguro as últimas capitânicas originadas da primeira divisão territorial feita por D. João III, em meados do século XVI. (DIAS, 2007, p. 47). O nome de Ilhéus foi dado por conta das ilhas que se encontravam na região da foz do rio Cachoeira, Ilhéu Grande, Itapitinga e Rapa. Foi, nesse local, fundada a vila capital da Capitania que recebeu o nome de São Jorge dos Ilhéus.

O mapa 1 apresenta parte da Comarca de Ilhéus já após sua anexação à Capitania Real da Bahia. O mapa informa apenas a parte Norte da Comarca de Ilhéus, que faz fronteira com a Comarca da Bahia e ainda apresenta parte da Comarca de Jacobina à esquerda e parte da Comarca de Sergipe e de Alagoas na sua parte superior.

Mapa 1⁵

Destaca a Comarca de Ilhéus, a Comarca da Bahia, a Comarca de Sergipe, parte da Comarca de Alagoas e parte da Comarca de Jacobina, por volta de 1800



O mapa informa a presença de uma hidrografia muito rica, derivada da presença de rios que penetravam longamente o interior dessas comarcas. À de Ilhéus foi, por muito tempo, legado um caráter de isolamento, ligado, além das questões hidrográficas, ao relevo e às densas matas, que teriam afetado diretamente as relações de comércio, comunicação e, até mesmo, de ocupação desses territórios durante cerca de trezentos

⁵ Planta geográfica do que se tem melhor averiguado nas comarcas da Bahia, Sergipe do El Rey, parte das de Ilhéus, e Jacobina com a direção da costa que vai do banco do Rio de S. Francisco até os Rio das Contas. (atribuído à autoria a Luís dos Santos Vilhena; ano provável 1801). Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em Coleção de plantas geográficas, hidrográficas, planos e prospectos... Bahia - Mapas.

anos. Mesmo o século XVIII, que faz parte desse estudo, não figurou fora dos destinos decadentes atribuídos à região.

Essa perspectiva de decadência e penúria dos núcleos de populações estabelecidos na Capitania e, posteriormente, Comarca de Ilhéus, durante o período colonial, fez parte da análise de Prado Jr (PRADO Jr., 1994). Segundo o historiador, o isolamento de Ilhéus, assim como o de Porto Seguro e do Espírito Santo, deu-se tanto entre eles quanto entre o litoral e o interior, por causa dos obstáculos naturais opostos ao trânsito por terra. “Vegetaram assim esses núcleos (...) cuja vida precária se sustentava com a produção de alguns gêneros que se exportavam para a Bahia e o Rio de Janeiro: farinhas, peixe, algum café” (PRADO Jr., 1994, p. 48 e 49).

A essa região também se atribuiu a presença ou ausência de nativos como fator determinante para o insucesso de um desenvolvimento econômico. Para Holanda (HOLANDA, 1995), o fato de a colonização portuguesa não ter se firmado em áreas como Espírito Santo, Porto Seguro e Ilhéus foi devido à ausência de povos tupis, os chamados indígenas de língua-geral, dispersados a partir das primeiras ocupações por parte dos colonizadores, sendo, por esse motivo, praticamente esquecidas essas regiões pelos portugueses (HOLANDA, 1995, p. 106).

Considera-se que a maior expressão para a historiografia da região tenha sido Campos (CAMPOS, 2006), responsável por um grande levantamento documental sobre a região desde seu tempo primórdio. Campos demonstrou que nos anos iniciais de fundação, o comércio de Ilhéus esteve pautado na agricultura da cana-de-açúcar e na presença dos engenhos, mas que, com a chegada da década de 1560, a presença de índios ferozes, doenças e fome, foi responsável por uma grande crise na região.

Ano trágico, este de 1563, na história da Capitania de Ilhéus [...] explodiu ali a varíola, propagando-se, rapidamente, pelo norte da capitania, onde dizimou colonos e índios [...] Ao terrível e asqueroso flagelo das bexigas seguiu-se, em 1564, não menos terrível fome, por escassearem braços para o serviço das roças e, conseqüentemente, faltarem os mantimentos, originando-se disso grande mortandade por inanição (CAMPOS, 2006, p. 104 e 105).

Campos sintetiza a origem da regularização da fiscalização dos cortes de madeiras (por volta de 1780); discorre sobre o Regimento de Conservação das Matas de Ilhéus, de 1797, com algumas medidas adotadas pelo Juiz Conservador das Matas; e analisa aspectos da administração dos cortes de madeiras, observando algumas competências, como a criação do cargo de Juiz Conservador das Matas, desempenhado pelo Desembargador Baltasar da Silva Lisboa em 1798 (CAMPOS, 2006, p. 271 e 272).

Embora discorra sobre diversos aspectos da Capitania de Ilhéus, a versão de estagnação fez parte da obra de Campos. Esse fator, em um contexto mais amplo, pode ter sido objeto de desencorajamento de estudos posteriores sobre os mais de trezentos anos de colonização na região. O próprio ano da primeira publicação da obra, 1937, tempo áureo para o cacau, explica a pouca importância dada para o período anterior ao cultivo do “*fruto de ouro*”.

Parte da historiografia recente dedicada à região, não fugiu a esse enquadramento de “*estagnação*” dado à região de Ilhéus do período colonial. Paraíso e Freitas descrevem que o insucesso do empreendimento em Ilhéus estaria associado à sua marginalização em relação aos circuitos comerciais e, também, a um conjunto de fatores de ordem natural, tais como a densidade e a dimensão delatada da floresta e as características do seu litoral (PARAÍSO e FREITAS, 2001, p. 21).

Os estudos de Dean (DEAN, 1996) sobre a Mata Atlântica repercutiram sobre o quesito da devastação da floresta. Esses estudos demonstraram uma série de atividades desenvolvidas, em caráter predatório, com os recursos naturais da colônia, em benefício da metrópole, restando para a primeira apenas a condição de miséria. A floresta, segundo ele, não havia se transformado “em capital, pelo menos não em capital localmente acumulado”, na verdade, o que permanecia de certeza para a colônia era que a Mata Atlântica estaria caminhando rumo à sua extinção e seus “habitantes ainda não tinham nenhum resultado palpável e mal a haviam descoberto” (DEAN, 1996, p. 132 e 133).

A perspectiva de decadência associada ao isolamento natural apresentado pela densidade e dimensão das matas – ainda em finais do século XVIII – não faz parte da análise proposta para este trabalho. Ao contrário, as matas da Capitania de Ilhéus são percebidas aqui como um fator que impulsionou o desenvolvimento da economia da capitania ainda no período colonial. Segundo Ivo, as regiões de Camamu e Cairu possuíam boas vias navegáveis, algo que permitiu uma grande exploração econômica voltada para o uso da floresta. A navegação desenvolvida a partir desse processo extrativista possibilitou a ligação entre as vilas da comarca e também entre estas, a Capitania da Bahia e as capitanias mais distantes, como Pernambuco e Paraíba (IVO, 2012, p. 27 e 28).

A densidade e a dimensão dilatadas da floresta foram fatores determinantes para a consolidação da indústria madeireira de construção naval. A proximidade dessas matas com rios navegáveis e o litoral se tornou decisivo para o rápido e fácil escoamento de toras de madeiras para as áreas de transporte e embarque para Ribeira de Salvador e de Lisboa. Para Cabral, a madeira brasileira ganhou significativa importância para a Coroa portuguesa ao longo do período colonial. A abundância das matas concorria com a necessidade cada vez maior da ampliação da frota naval portuguesa.

Com a expansão da indústria naval,¹ ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, as árvores passaram a ser consideradas como patrimônio nacional e usadas também como instrumento de manobra de política externa. As potências européias buscariam então, a partir de um arsenal de políticas intervencionistas inspiradas no paradigma mercantilista, garantir o suprimento de madeira necessário à construção e manutenção de frotas mercantes e de guerra (CABRAL, 2008, p. 218).

Ainda contrariando a lógica do isolamento crônico, no século XVIII, mais precisamente em 1721, foi registrado um relatório de uma viagem feita entre Cachoeira e Rio das Contas pelo mestre-de-campo Miguel Pereira da Costa, culminando essa expedição com a descoberta de ouro. O sertanista Joaquim Quaresma Delgado, na década de 1740, percorreu extensas áreas do interior da Bahia, dando conta de atividades pecuárias e mineradoras. O Ouvidor da Comarca de Ilhéus, Baltasar da Silva Lisboa, em 1808, informou, em um relatório dirigido ao príncipe regente D. João VI, sobre a abertura de uma estrada pela costa baiana, entre Valença e a foz do rio Doce (NEVES, 2007, p. 264).

Antonil, autor de estudos sobre a economia do Brasil colonial, registrou que existiram diversos caminhos que interligavam a Bahia e a região de Minas Gerais, desenvolvidos a partir do rio São Francisco e de seus afluentes. Afirmou ser menos dificultoso do que os caminhos percorridos para o comércio com Minas pelo Rio de Janeiro e Vila de São Paulo. Informou ainda ser o caminho baiano melhor por ser mais aberto para as boiadas, abundante para o sustento e mais acomodado para as cavalgadas e para as cargas (IVO, 2012).

A margem direita do rio São Francisco ainda serviu como uma das principais estradas que interligavam os caminhos que vinham das diversas áreas do interior da Capitania da Bahia, como também de regiões como Pernambuco e Maranhão, convergindo para o caminho do ouro de Minas Gerais (BOXER, 2000, p. 65).

A mineração, a pecuária e a agricultura foram alguns dos segmentos que fizeram com que se realizassem conexões entre diversos lugares da Bahia no período colonial. Junto a isso, a exploração dos recursos florestais promoveu contatos entre a costa litorânea e o interior do continente pelos rios. Além disso, o arrasto de madeiras feito a partir da abertura de estradas para o escoamento da produção favoreceu a ligação entre pontos da Capitania de Ilhéus. Em torno desses cortes, surgiram alguns povoados, como os de Maricoabo, Taperoá, Mapendipe, Una, Jequié, Igrapiúna, dentre outros. Essas áreas estavam localizadas próximas a regiões navegáveis, obviamente, concordando com a existência de espécies florestais comercialmente exploradas.⁶

Em certas povoações a extração da madeira, principalmente pelos capitais que movimentou, deu motivo a outras atividades. É o que se pode concluir da explicação até certo ponto aceitável que encontramos para a vila do Cairu: “Foi também de muita conveniência a Cairu a exportação do café, os cortes de madeira, porém derão uma summa vantagem à sua agricultura, pois que entrarão a empregar nos cortes seus escravos, a comprar bois para os arrastos, os dinheiros que entrarão de S. M. para pagamentos dos serviços dos cortes lhes facilitarão os meios de adquirir e lhes gragearão uma superioridade de agricultura, de commercio e de riquezas às outras vilas, como testificação os mapas de exportação (LAPA, 2000, p. 30).⁷

⁶ Memória sobre as matas da comarca de ilhéus, cortes das madeiras, ordens que a este respeito se tem expedido; regulamento dos referidos cortes, e estado atual desta dependencia, até o dia 1 de agosto de 1803, por Baltazar da Silva Lisboa, s. i. (circa 1803). p. 14. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

⁷ O documento que Amaral Lapa cita em sua obra é: “Ofício do Ouvidor da Comarca de Ilhéus, datado de 20/3/1799. in *Anais BN Rio*, vol, 36, pág. 102”. Texto que provavelmente pertence a Baltazar da Silva Lisboa.

A Capitania de Ilhéus participou da economia colonial não apenas como região de abastecimento agrícola, mas, também, como uma sociedade extrativista, responsável por movimentar valores econômicos e transformar os espaços naturais. O capital gerado das atividades extrativistas circulou pelo território de Ilhéus em forma de salários e jornais. Promoveu o pagamento de lavradores que abasteciam de alimentos os cortes de madeiras e possibilitou o emprego e a renda a vários condutores de bois, estradeiros e mestres de embarcações participantes das diferentes etapas que envolviam o circuito comercial (DIAS, 2010, p. 211).

Além desses, os agricultores também se beneficiavam com o aluguel de escravos para os cortes e o transporte de madeiras. “Disso, infere-se uma maior possibilidade de retenção do sobretrabalho na própria economia colonial e, portanto, de autonomia dessa última diante de flutuações externas” (FRAGOSO, 1998, p.158). O modelo extrativista implantado na Capitania de Ilhéus no século XVIII favoreceu a noção de acumulação endógena, ou seja, conectada aos processos de reprodução econômica que se realizavam de modo pleno no interior do espaço colonial (FRAGOSO, 1998, p.158).

O que se tem verificado é que as exportações de madeiras extraídas nessa região passaram a concorrer, no século XVIII, com as necessidades estabelecidas pelo consumo interno da colônia, particularmente o do estaleiro de Salvador (LAPA, 2000, p. 28). “A existência de um mercado doméstico e de segmentos produtivos para ele voltados introduz um novo elemento na lógica de funcionamento da formação colonial – referimo-nos à possibilidade de reproduções endógenas” (FRAGOSO, 1998, p. 158). As atividades madeireiras, dessa forma, estavam voltadas para o abastecimento do mercado externo, todavia a existência de um comércio interno foi responsável por absorver parte da produção: engenhos, carroças, edifícios, móveis e até mesmo embarcações, as quais posteriormente foram utilizadas no transporte de madeiras para Portugal. O acúmulo *endógeno* caracterizou-se a partir da comercialização madeireira e do trabalho desempenhado nos Cortes Reais. O Ouvidor da Capitania de Ilhéus, Baltasar da Silva Lisboa, assim descreve algumas das atividades comerciais adotadas a partir do uso da madeira.

procurando que se construam engenhos de serrar madeira por meio de maquinas movidas pela água, tendo rios navegáveis ou caminhos firmes por onde se pudessem transportar aos armazéns que se construiriam nas margens do mesmo Rio Doce, ou nas praias onde se julgassem mais convenientes. Procurando-se tão bem examinar-se sobre o mesmo Rio, ou em alguma enseada vizinha a ele se pode mandar estabelecer estaleiros em que se construam a bom mercado embarcações que depois pudessem transportar ao Reino Madeiras de construção, e que levam assim a construir pequenas embarcações que sirvam de cruzar sobre estas costas para as defender, e evitar o contrabando, e a trazer avisos, ou para o novo estabelecimento dos Correios.⁸

O Quadro I apresenta a quantidade de peças (madeiras) que seriam transportadas para a construção de um navio de guerra e o número de juntas de bois necessário para essa empreitada, com seus respectivos vencimentos. Os valores pagos pelos alugueis de bois, por muitas vezes, eram pagos aos agricultores.

Quadro I⁹
Valores pagos por juntas de bois que deveriam ser empregados no arrasto de madeiras no final do século XVIII

Total de peças de um navio de guerra.	3.450 unidades
Nº total de juntas.	≈ 1090
Valor referente a Juntas para Nau – aproximado (\$640/cada)	697\$600
Valor referente a Juntas para Carreira – exato (\$640/cada)	22\$400
TOTAL	720\$000

O Apêndice da “*Memoria sobre os Cortes de Madeiras de construção estabelecidos na Comarca de S. Jorge dos Ilhéus pertencente à Capitania da Bahia...*”, escrito por Domingo Alves Branco Muniz Barreto demonstra, a partir de algumas tabelas, informações que dão conta de diversos valores pagos por madeiras, cortes, transportes e construção de embarcações.¹⁰ Isso confirma que não apenas lucrava-se

⁸ Memoria sobre as matas da comarca de ilhéus, cortes das madeiras, ordens que a esre respeito se tem expedido; regulamento dos referidos cortes, e estado atual desta dependencia, até o dia 1 de agosto de 1803, por Baltazar da Silva Lisboa, s. i. (circa 1803). p. 19-20. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

⁹ Appêndice com varias Tabellas que se ajuntão ao contexto da Memoria sobre os Cortes de Madeiras de construção estabelecidos na Comarca de S. Jorge dos Ilheos Pertencente A Capitania da Bahia. Nº 5, p. 70.

¹⁰ Idem. p. 57-71.

com o envio de remessas de madeiras para Lisboa, mas, também, reproduzia-se, na colônia, mecanismos capazes de promover o beneficiamento da floresta.

Lapa demonstrou que, desde o século XVII, fabricavam-se embarcações em localidades como Boipeba, Cairu e Camamu, na Capitania de Ilhéus. Afirmou ainda que, procurando ampliar as condições de reparo e construção de embarcações, foram construídos, entre 1714 a 1718, três “galões”¹¹ na Bahia, o que contribuiu para que, em 1757, fosse espedido um alvará concedendo preferência no carregamento de navios construídos no Brasil (LAPA, 2000, p. 63).

A efeito de comparativo com a entrada de alimentos na colônia no ano de 1800, que apresenta um valor anual do comércio de farinha de 3:306\$408 e de trigo 61:856\$824 na praça comercial do Rio de Janeiro (FRAGOSO, 1998, p.163), temos o valor da construção de uma embarcação de guerra nesse referido ano, de aproximadamente 6:583\$200.¹² Segundo informações de Domingos Alves Branco Muniz Barreto,¹³ em finais do século XVIII, a Capitania da Bahia já possuía um estaleiro com capacidade para construção de vinte naus de linha ao mesmo tempo. Isso pode mensurar até que ponto chegou a indústria naval na colônia e, em especial, na Capitania de Ilhéus. A seguir é apresentado o Quadro II, contendo valores aproximados, referentes aos pagamentos realizados aos falquejadores (trabalhadores responsáveis pelo corte de madeira), envolvidos nas atividades extrativistas.

¹¹ Acredito que seja uma referência a galpões ou apenas uma espécie de estaleiro para a fabricação de embarcações.

¹² Appendice com varias Tabellas que se ajuntão ao contexto da Memoria sobre os Cortes de Madeiras de construção estabelecidos na Comarca de S. Jorge dos Ilheos Pertencente A Capitania da Bahia. Nº 5, p. 69. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

¹³ Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus (atribuo a autoria a Domingos Alves Branco Muniz Barreto; ano provável 1800). Ms 512 (47, doc. 2). p. 2. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

Quadro II¹⁴

Valores pagos a falquejadores utilizados nos cortes de madeiras no final do século XVIII

Valor referente aos falquejadores – Nau (\$400/dia)	297\$200
Valor referente aos falquejadores – Carreira (\$400/dia)	7\$600
TOTAL	304\$800

Além de atender as demandas comerciais de Portugal e de cumprir seu papel no fornecimento de matéria-prima para diversos segmentos na própria colônia, a madeira da Mata Atlântica serviu como componente auxiliar do fortalecimento das transações econômicas no âmbito dos circuitos do Império. Esse modelo econômico seguiu as orientações das políticas comerciais da época ilustrada (principalmente na segunda metade do século XVIII), que propunha estimular o comércio *intercolonial*.

Por onde se vê a articulação dos vários setores que eram visados pelas medidas governamentais; ao mesmo tempo, incentivando a exploração do ferro se favoreciam a agricultura e mineração, que usavam instrumentos de metal, estimulando a entrada de ferro de Angola, incentivava-se o comércio intercolonial (NOVAIS, 1989, p. 249).

Assim como se configurou a entrada de ferro no Brasil vindo de Angola, utilizado na agricultura e na mineração, utilizava-se também das embarcações construídas nos estaleiros da Bahia (Salvador e até mesmo Ilhéus) para o transporte e comércios empregados pelos navios de carreira das Índias¹⁵. Não eram apenas os navios oriundos da floresta brasileira que cruzavam o mundo, “para o restante do ultramar português, particularmente Angola, temos notícia da remessa de grandes quantidades de madeiras no século XVII” (LAPA, 2000, p. 26).

A partir do século XVIII, as relações comerciais que envolviam a Capitania de Ilhéus, provenientes da exploração florestal, ganharam uma nova página. Esse momento marca a implantação das Feitorias Reais de madeiras pela Coroa portuguesa e, para o nosso caso, verificar-se-á a Feitoria de Cairu (responsável pelo controle dos cortes e do

¹⁴ Appendice com varias Tabellas que se ajuntão ao contexto da Memoria sobre os Cortes de Madeiras de construção estabelecidos na Comarca de S. Jorge dos Ilheos Pertencente A Capitania da Bahia. Nº 5, p. 70. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

¹⁵ Ver o Appendice com varias Tabellas que se ajuntão ao contexto da Memoria sobre os Cortes de Madeiras de construção estabelecidos na Comarca de S. Jorge dos Ilheos Pertencente A Capitania da Bahia. Nº 5, p. 57-71. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional. Esse documento apresenta diversas informações sobre valores aplicados à construção naval, como também, identifica a finalidade dessa indústria, voltada para atender tanto a construção de navios de linha (de guerra), quanto para os navios de carreira (comerciais).

envio de madeiras para a metrópole), inserida no contexto colonial em 1716 (DIAS, 2010, p. 198).

Em 1715, as madeiras brasileiras já se estabeleciam como preciosidades para Portugal e não serviam apenas para a obtenção de renda, mas, ainda, como um artigo de comércio. Essas madeiras eram apreciadas como peças de luxo, algo que explica o crescente interesse da Coroa portuguesa por elas (ACCIOLI, 1925, p. 326).

Os valores empregados pela Coroa para a exploração florestal nos Cortes Reais se tornariam decisivos para o fortalecimento da economia da região. Esses valores eram tão importantes que o atraso no pagamento poderia custar algumas dificuldades para o bom funcionamento das unidades produtivas dependentes financeiramente dos recursos originários da exploração madeireira e, dessa forma, promoveria prejuízos à agricultura.

As escolhas dessas localidades estiveram atreladas à presença de grandes reservas florestais de madeiras de construção associada à facilidade para o escoamento das peças pelos rios. À medida que se devastava a vegetação mais próxima dos pontos de embarque, novos cortes de madeiras surgiam em outras áreas (DIAS, 2007, p. 149).

O mapa I, a seguir, mostra as orientações sobre a ocupação de áreas extrativistas pertencentes à Capitania de Ilhéus. As características das quais fazem parte as informações inseridas neste mapa são de origens tanto dos próprios mapas da época, quanto das próprias “*memórias*” escritas, levantadas pelos personagens que discorrem sobre o assunto em finais do século XVIII e início do XIX. O mapa identifica algumas áreas em que se realizaram os cortes de madeiras no século XVIII. As áreas destacadas faziam fronteira com o oceano Atlântico ou acessavam por meio deste as regiões de produção de madeira localizadas no interior da Capitania. A região que obteve uma maior concentração de cortes de madeiras foi a Norte, entre a península de Marau e Valença, extensão predominantemente cercada por ilhas e baías, como se identifica no mapa. Esse cenário hidrográfico associado à vasta vegetação, principalmente da espécie do vinhático, aliado à proximidade com a sua principal área de distribuição madeireira na colônia (Capitania da Bahia), fez da região Norte da Capitania de Ilhéus a área de maior exploração florestal.

Mapa 2¹⁶

Destaca a região que compunha a Capitania - Comarca de Ilhéus no século XVIII



A Capitania de Ilhéus foi tanto decisiva no envio e fornecimento de madeiras para a marinha metropolitana, quanto para o suprimento das necessidades da indústria naval local. Sendo assim, a atividade madeireira se tornou um dos principais responsáveis pela circulação de renda das sociedades oriundas de processos

¹⁶ O mapa apresentado foi desenvolvido no Centro de Documentação e Memória Regional – CEDOC/UESC em 2009. Contou com a orientação do professor/doutor Marcelo Henrique Dias para o mapeamento das áreas de exploração florestal e, com o auxílio do geógrafo Cristiano Marcelo Souza, responsável por projetar o mapa da Capitania de Ilhéus.

extrativistas. Além de moldar a paisagem, norteador a ocupação de áreas ricas em algumas espécies florestais e, dessa forma, favorecendo ao escoamento pelas vias fluviais, a exploração madeireira abrangeu distintos grupos da Capitania de Ilhéus, os quais iam desde os senhores de engenho, agricultores e criadores de animais, até trabalhadores livres, índios aldeados e escravos oriundos da África.

Este estudo está pautado na revisão de alguns aspectos atribuídos a Ilhéus, sobretudo por uma historiografia clássica, como os trabalhos de Prado Jr (PRADO JR., 1994) e Campos (CAMPOS, 2006). O que se pode notar da análise realizada sobre a Capitania de Ilhéus até aqui é que ela foi muito mais do que uma área isolada pela densa vegetação, mas que, a sua economia, baseada no extrativismo florestal, especialmente no século XVIII, vigorava com grande importância comercial para a metrópole e também para a colônia.

3 A EXPLORAÇÃO MADEIREIRA NA COMARCA DE ILHÉUS

Este capítulo tem por objetivo analisar algumas das funções desempenhadas por agentes administrativos na exploração madeireira realizada na Capitania de Ilhéus no século XVIII. Uma gama de agentes da Coroa desempenhou diversos cargos, ao longo de mais de cem anos, Inspetores, Ouvidores e Juízes, bem como outras funções no espaço dos cortes de madeiras. O objetivo aqui é avaliar quem eram esses indivíduos e qual a importância de suas funções para o processo extrativista da floresta.

Baltasar da Silva Lisboa e Domingos Alves Branco Muniz Barreto figuraram como agentes importantes nos relatos de memórias como oficiais da Coroa portuguesa. Silva Lisboa nasceu na Bahia, em 1761, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1840. Em 1783, formou-se na Universidade de Coimbra e foi Sócio Honorário do Instituto Histórico Brasileiro, participando também da Academia Real das Ciências de Lisboa, do Instituto Real para a Propagação das Ciências em Nápoles e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (LIMA, 2011, p. 160 e 161). Também naturalista, Baltasar Silva Lisboa era um homem de grande intelecto e conhecedor das ciências, aplicou-se aos conhecimentos sobre a história natural e os estudos jurídicos. Baltasar Lisboa exerceu o cargo de Ouvidor e Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Era irmão de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. Silva Lisboa ainda assumiu a Inspeção dos Cortes Reais de Madeiras e, em 1797, tornou-se Juiz Conservador das Matas de Ilhéus, no ano seguinte. Nesse período, destacou-se por publicar diversas *memórias* que fazem parte dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (PRADO Jr., 1994, p. 217).

Esses documentos trazem diversas informações sobre a colônia e a metrópole. Em especial, destacam a Capitania de Ilhéus no século XVIII e as manifestações econômicas do uso da floresta e suas implicações para a Coroa portuguesa e as populações locais.

Muniz Barreto nasceu em 1748, veio a falecer em 1831 e foi Capitão do Forte do Morro de São Paulo e Capitão de Infantaria do Regimento de Estremoz, entre finais do século XVIII e início do XIX. A partir dele, foram realizados diversos relatos de memórias impressas e algumas manuscritas, relativas ao Brasil e, especialmente, à Capitania de Ilhéus.¹⁷

¹⁷ Ver: Documentos relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Seleção feita por Maria Adelaide Meireles e Luís Cabral.

Muniz Barreto também foi considerado um viajante, por se aventurar em diversas regiões, principalmente em áreas indígenas, para alcançar algum conhecimento daquelas populações, bem como para sondar possibilidades de conversão dos nativos, (mão de obra para as atividades desenvolvidas na capitania) e verificar as propriedades de certos tipos de ervas.¹⁸

As *memórias* conferidas a ele são informativas, dando conta do dia a dia das atividades desenvolvidas na região, de aldeamentos indígenas, das informações sobre o uso da floresta e da melhoria para seu transporte e aproveitamento, além da instalação da indústria naval na Capitania de Ilhéus.¹⁹ Pela característica dos seus conhecimentos, destacou-se como personagem de significativa contribuição para a história natural.

Baltasar da Silva Lisboa e Domingos Alves Branco Muniz Barreto notabilizaram-se pelas publicações de relatos de memórias, que compõem o nosso quadro de fontes primárias, bem além de se destacaram por suas participações no corpo hierárquico da Coroa portuguesa na Capitania de Ilhéus.

Há alguns anos, as pesquisas históricas têm se preocupado em reavaliar o período colonial da América portuguesa. Foi corrente o pensamento de que a colônia estaria unicamente submetida aos desígnios da expansão comercial da Europa e de sua estrutura Absolutista. Pesquisas recentes mostram que, longe de ser um agente passivo da metrópole, controlado e conduzido por todos os lados pela Coroa portuguesa, a colônia existiu a partir de uma sociedade dinâmica e complexa, tanto nas formas e modelos comerciais, quanto em sua estrutura administrativa.

A hierarquização dos quadros de funcionários da Coroa portuguesa colônia foi extensa. Na Capitania de Ilhéus, por exemplo, sobretudo após a implantação dos Cortes Reais de madeiras no século XVIII, ela se estendeu ainda mais de forma a atingir os diversos grupos sociais. Além de as atividades desenvolvidas no âmbito extrativista terem acomodado diversos agentes, outros setores, como órgãos fazendários, militares, eclesiásticos, dentre outros, trataram de manter um bom número de pessoas envolvidas na administração dessa região.

Para a compreensão da hierarquia nos Cortes Reais de Madeiras, por exemplo, é preciso antes de tudo entender o funcionamento de parte dos quadros de funcionários

¹⁸ Ver: Notícia da viagem e jornadas que fez o capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas vilas e aldeias da Comarca de Ilhéus e Norte da Capitania da Bahia, (sem data, posterior a 1792). Rio de Janeiro: BN, 1 doc. original 17 f. inim. 5 est. Coloridas. Ms 512 (50).

¹⁹ Ver: Memória Sobre os Cortes de Madeira de Construção Estabelecidos na Comarca de São Jorge dos Ilhéus. (autoria atribuída a Domingos Alves Branco Muniz Barreto; ano provável, 1800). Rio de Janeiro, BN, Ms 512(47, doc. 2).

reais na colônia. Essa administração da Coroa portuguesa no Brasil não se limitou apenas à implantação do sistema de governo-geral. Nas capitâneas, delegou-se a supervisão geral das atividades régias aos Capitães-governadores, auxiliados por uma gama de funcionários responsáveis pelos distintos ramos da administração. Ainda competia aos Capitães-governadores a defesa das capitâneas, tarefa dividida com os Alcaides-Mores e os Capitães-Mores de Ordenança.²⁰ O Provedor, cargo abaixo dos Capitães-governadores, era encarregado de fiscalização, arrecadação e demais atividades do setor fazendário. No setor judicial, o Ouvidor era o principal agente responsável pela aplicação da lei, havendo, abaixo deste, tal como na administração central, um grande número de funcionários. (SALGADO, 1985, p. 66).

A menor divisão administrativa na América portuguesa estava no município ou termo, dirigida pela Câmara Municipal, exercendo funções políticas, administrativas, judiciais, fazendárias e de polícia. Participavam do processo eleitoral da Câmara, entre eleitores e candidatos, apenas os “homens bons” da localidade, sendo nesse procedimento escolhidos os candidatos para os cargos de Juízes Ordinários, Vereadores, Procuradores e Tesoureiros. A Câmara Municipal era constituída por dois Juízes de Ordenança, responsáveis por aplicar a lei no município e fiscalizar os demais funcionários municipais. Os Vereadores tinham a função de determinar impostos, fiscalizar os oficiais do município e de aplicar as leis conferidas pelos Juízes Ordinários. Ao Procurador competia o cuidar dos bens do município, auxiliado pelo Tesoureiro que, por sua vez, era responsável pela arrecadação das rendas locais (SALGADO, 1985, p. 69-70).

Esse quadro político no interior dos municípios, com eleições ocorridas dentro do âmbito das populações locais, esteve presente até 1696, ano que marcou a introdução do cargo de Juiz de Fora, agente direto do rei, anulando a escolha local para o cargo (SALGADO, 1985, p. 72). Esse episódio pode ter significado o fortalecimento do poder central, porém, demonstra a preocupação com a evolução dos poderes correntes nas diversas localidades da colônia.

Na tentativa de conter esses poderes locais, reforçavam-se os cargos administrativos que partiam de Portugal até a colônia. Existiam vários laços de hierarquia entre os diversos níveis da administração, porém os poderes concedidos aos

²⁰ Os cargos de Alcaides-Mores e os Capitães-Mores de Ordenança tinham como principais características das suas funções a defesa das fortalezas, cidades ou vilas, organizando dentre os moradores locais esquadras responsáveis por tal exercício (SALGADO, 1985, p. 143 e 164).

oficiais periféricos poderiam anular, distorcer ou fazer seus os poderes que recebiam de cima (HESPANHA, 2001, p. 174).

O século XVIII marcou uma apreensão ainda maior da Coroa portuguesa com sua colônia mais rentável. Em meados do mesmo século, a partir da administração do Marquês de Pombal, houve uma preocupação da metrópole em maximizar a produção de riqueza no Brasil. Na exploração madeireira da Capitania de Ilhéus, por exemplo, foram criados órgãos e cargos administrativos para suprir as necessidades de produção estabelecidas, em especial, pela marinha de guerra e mercante.

Em 1761, foi criado o Erário Régio, órgão central de fazenda na metrópole, encarregado da arrecadação e da contabilidade no Reino e na colônia. Entre 1760 e 1770, as Provedorias de Capitania foram sendo transformadas em Juntas de Fazenda, diretamente subordinadas ao Erário português e presididas pelo vice-rei, na capitania sede, e pelos governadores, nas demais capitanias. As folhas civil, militar e eclesiástica passaram a ter formalizações e pagamentos realizados pelas juntas, sendo a essas também designadas, também, as tarefas de administração e arrecadação de todas as rendas régias (SALGADO, 1985, p. 94). A Junta da Fazenda realizou uma série de reformas administrativas e foi também responsável, na Capitania de Ilhéus, pelas nomeações dos Inspectores dos Cortes Reais de madeiras, os quais eram responsáveis pela administração das atividades extrativistas desenvolvidas naquela região.²¹

Nesse período, verificou-se um grande número de funcionários ligados ao setor extrativista florestal na Capitania de Ilhéus, bem como a existência de cargos administrativos que se tornaram, de alguma forma, associados à exploração madeireira. O Quadro III, a seguir, apresenta algumas das funções desenvolvidas na região de Ilhéus.

²¹ Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus (autoria de Domingos Alves Branco Munis Barreto; ano provável, 1800). Ms 512 (47, doc. 2). p. 4 e 5. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

Quadro III²²

Funcionários da administração colonial na Capitania de Ilhéus na segunda metade do século XVIII

Representantes	Cargos e atividades
Lourenço Antônio de Gouvêa	Inspetor dos cortes de madeiras.
Luís Caetano Simões	Inspetor dos cortes de madeiras.
Francisco Nunes da Costa	Desembargador e Ouvidor da Comarca de Ilhéus; Inspetor dos cortes de madeiras.
Baltasar da Silva Lisboa	Juiz Conservador das Matas de Ilhéus; Ouvidor da Comarca de Ilhéus.
José Domingos	Carpinteiro da Ribeira.
Joaquim Francisco Malta	Fabricante de madeira
Luís Bernardo de Souza	Sargento-Mor de Ordenanças
Gabriel Pinto de Pinho	Capitão de Ordenanças
João Baptista Teixeira	Capitão-Mor de Ordenanças

Notam-se informações pontuais sobre alguns dos cargos exercidos dentro da hierarquia existente na Capitania de Ilhéus. Das funções ainda não mencionadas, temos o cargo de Capitão de Ordenanças, responsável por participar dos exercícios militares; o Sargento-Mor, que deveria substituir o Capitão-Mor em caso de impedimento ou ausência, sendo essa também uma função militar; o de Capitão-Mor, dentre cujas diversas atribuições, era característico o caráter militar; o de Desembargador, responsável por sentenciar todas as causas cíveis e crimes (SALGADO, 1985, p. 164, 166 e 332); e o cargo de Juiz Conservador das Matas, função criada a partir do Plano de Conservação das Matas, em 13 de maio 1797, e que tinha como objetivo maior coibir a destruição da floresta, aplicando penas e formulando documentos restritivos ao uso das matas.²³ Muitos desses funcionários da Coroa empenhavam-se tanto na administração das atividades extrativistas, quanto em cargos político-militares, por vezes, de forma simultânea.

Além desses, encontram-se em nossos registros os nomes de José Domingos, carpinteiro na Ribeira da Capitania da Bahia, área responsável pelo maior volume da

²² As informações foram retiradas dos documentos: Ofício ao desembargador dos Reais Cortes sobre a perda dos dois paus destinados a servi de mastros à Fragata “Princesa Carlota”. Cairu, 1 de outubro de 1790. p. 1. E do documento: Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus (atribuo a autoria a Domingos Alves Branco Munis Barreto; ano provável 1800). Ms 512 (47, doc. 2). p. 4 - 6. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

²³ Documentos relativos ao corte de madeiras na Comarca de Ilhéus do Ouvidor Baltazar da Silva Lisboa. Queluz, Valença, 1791-1806. 24 docs. originais e cópias, 70 f. BN ms 512 (47, doc. 8). p. 1. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

construção naval; e o nome de Joaquim Francisco Malta, fabricante de madeiras e que, em outras palavras, desenvolvia atividades extrativistas de corte e de venda de madeiras para a marinha portuguesa. Personagens como este último nos remetem ao “*homem de negócio*”, elemento que fez parte da característica econômica da América portuguesa no final do século XVIII.

As atividades praticadas pelos negociantes de madeiras estimularam, até certo ponto, um “equilíbrio” de interesses entre a metrópole e a colônia. De um lado, estaria à administração implantada pelos portugueses na colônia, ávida por controlar as riquezas na América portuguesa e estabelecer a prevalência dos interesses da Coroa; do outro, estariam os anseios das populações da própria colônia, que, após quase três séculos de exploração, alcançou certo grau de desenvolvimento econômico, criando uma elite que já não poderia ser ignorada.

Em finais do século XVIII, ocorreu certo balanceamento entre os desejos comerciais da Coroa portuguesa em garantir o suprimento de madeiras para a metrópole e, ao mesmo tempo, a intenção de se respeitarem as necessidades dos fabricantes/negociantes de comercializarem e também utilizarem das madeiras retiradas de Ilhéus. Esse ambiente gerou uma acumulação nas mãos de uma pequena elite, criada pelas características de reprodução da economia colonial, mantendo as diferenças econômicas e sociais e movimentando-se de acordo com uma hierarquia mercantil (FRAGOSO, 1998, p. 266 e 268).

Essas elites compunham quadros de famílias que controlavam os poderes locais e estendiam as suas áreas de influência não apenas para além dos seus limites provinciais, como também em direção ao poder central. Assim sendo, a vida política dessas famílias estariam ligadas às redes comerciais. Em outras palavras, com frequência, antes de serem homens públicos, os homens das redes sociais e familiares eram de negócios (MARTINS, 2007, p. 408). O Quadro IV apresenta um pequeno quadro informativo de algumas das famílias de negociantes que ocuparam cargos na administração da colônia.

Quadro IV²⁴
Famílias que integraram os quadros administrativos da colônia portuguesa na América entre os séculos XVII e XVIII²⁵

Famílias	Representantes	Cargos
Carneiro de Campos, Ferreira França.	Antônio Muniz Barreto	Sargento-mor
	José Carneiro de Campos	Negociante, BA.
	Joaquim Ferreira França	Negociante, BA.
	Francisco Muniz Barreto	Capitão.
	José da Costa Barros	Capitão-mor.
Menezes Dória, Cunha Menezes, Argollo.	Simão Manuel de Argollo de Menezes	Juiz ordinário, S. Francisco do Conde; Senhor de engenho, BA.
	Paulo de Argollo	Senhor de engenho. Passé e Ilhéus, 1600; Provedor da Alfandega BA; vereador do Senado da Câmara, 1607.
	Rodrigo de Argollo Vargas Cirne de Menezes	Sargento-Mor; Vereador do Senado da Câmara.
	José Joaquim de Teive e Argollo	Vereador do S. da Câmara S. Francisco do Conde; senhor de engenho, BA.

Dos cargos ainda não informados, encontram-se o de Provedor da Alfândega, promovido pelo rei ou pelo Governador-Geral. Tinha como uma das atribuições lançar em pregão público as rendas e direitos régios a serem arrematados. Outro cargo era o de Capitão, alcançado por doação emitida pelo rei, sendo uma de suas competências a nomeação do ouvidor (SALGADO, 1985, p. 128 e 158). Além dos cargos citados, ocorreu a existência de um grande número de funcionários inseridos na administração da Capitania de Ilhéus e nas atividades extrativistas. Porém parte desses não apresenta uma descrição detalhada sobre suas atribuições nos documentos pesquisados ou na legislação da época, algo que compromete uma análise mais abrangente das atividades desenvolvidas por esses negociantes nos quadros administrativos da Coroa portuguesa na colônia.

Os dados da Tabela IV representam membros de algumas famílias que compunham os quadros das elites mercantis na Bahia do período colonial. Faziam parte daqueles quadros administrativos senhores de engenho e negociantes e, para a hierarquia correspondente dentro da Capitania de Ilhéus do século XVIII, verificavam-se também os comerciantes de madeiras.

A administração em Ilhéus no século XVIII e, em especial, dos Cortes Reais de Madeiras, recebeu um bom número de funcionários pertencentes às elites comerciais

²⁴ MARTINS, 2007, pp. 415-420.

²⁵ Tabela adaptada da original.

locais. Esse período marcou, por um lado, um maior interesse da metrópole sobre a floresta, o que culminou para que, no final do século XVIII, fosse implantado o Plano de Conservação das Matas de Ilhéus. Verifica-se nas elites comerciais da Comarca de Ilhéus, para a segunda metade do referido século, o alcance de certo *status* de poder dentro da região. Isso se constatou quando diversos agricultores se negaram a cumprir a essência do Plano de Conservação das Matas do então Ouvidor da Comarca de Ilhéus, Baltasar da Silva Lisboa. Parte daquela elite assinou um novo documento questionando o autoritarismo do Plano (Refutamento ao Plano de Conservação das Matas). Essa iniciativa fez com que a Coroa cedesse em parte de suas intenções e realizasse um acordo de uso da floresta.²⁶ Para a altura do século XVIII, as elites comerciais, em pleno desenvolvimento, já alcançavam significativa importância para o cenário político/econômico colonial.

3.1 OS ADMINISTRADORES DOS CORTES DE MADEIRAS

O início do século XVIII marcou a oficialização dos cortes de madeiras na Capitania de Ilhéus, que passaram a ser chamados de Cortes Reais de Madeiras. D. Pedro Antônio de Noronha foi o 2º Conde de Vila Verde, 1º Marquês de Angeja e Vice-Rei da Índia, e assumiu o governo do Brasil como Vice-Rei em 13 de junho de 1714. Em seu governo, foram estabelecidos, a partir da Carta Regia de 26 de março de 1715, diversas fábricas ou estâncias de corte de madeiras de construção na América portuguesa (ACCIOLI, 1925, p. 154 e 156).

A administração dos cortes de madeiras da Vila de Cairu, nos primeiros anos do século XVIII, era composta por quatro funcionários: um administrador – nomeado pelo governador –, um escrivão, um mestre carpinteiro e um tesoureiro (DIAS, 2010, p. 199). Entre os anos 1720 e 1770, os cortes de madeiras estiveram sob a administração dos Comandantes do Presídio do Morro de São Paulo. Não há informações precisas nos documentos trabalhados sobre quem eram esses Comandantes.²⁷

²⁶ Para uma maior compreensão sobre o Plano de Conservação das matas de Ilhéus ver: Documentos relativos ao corte de madeiras na Comarca de Ilhéus do Ouvidor Baltazar da Silva Lisboa. Queluz, Valença, 1791-1806. 24 docs. originais e cópias, 70 f. BN ms 512 (47, doc. 8).

²⁷ Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus (autoria de Domingos Alves Branco Munis Barreto; ano provável, 1800). Ms 512 (47, doc. 2). p. 2 e 3. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

A partir de 1770, a administração dos cortes de madeiras passou a ser realizada pelos Inspectores dos Cortes Reais de Madeiras, responsáveis por controlar as operações extrativistas e o pagamento de funcionários. A Inspeção Real foi interrompida com a morte do Inspetor Francisco Nunes da Costa, em 1794, estabelecendo, a partir daí, e por quatro anos, uma administração feita por particulares. Em 1798, o então Ouvidor da Comarca de Ilhéus, Baltasar da Silva Lisboa, passou a acumular o cargo de Inspetor dos Cortes Reais e Juiz Conservador das Matas de Ilhéus, tornando-se o principal responsável pela administração dos cortes de madeiras.²⁸

Os cargos de Inspetor e Juiz Conservador das Matas de Ilhéus foram criados, respectivamente, com o propósito pleno de gerenciar as atividades extrativistas e estabelecer a prevalência dos interesses reais sobre a floresta, fiscalizando-a. A administração dos cortes de madeiras pela Inspeção seguiu pela maior parte da segunda metade do século XVIII. Já a criação do cargo de Juiz Conservador das Matas de Ilhéus, no final do mesmo século, foi acompanhada de regulamentação sobre a exploração de madeiras em Ilhéus.

Tendo-se declarado pela Real Carta de 13 de março de 1797 ser da propriedade exclusiva da Real Coroa todas as matas e arvoredos que se acham a borda costa, ou de rios que desembarquem imediatamente no mar, e por onde em jangadas se possam conduzir as madeiras cortadas até as praias proibindo-se não só sítios, mas que informe o governo os meios para que se poderão restituir a Real Coroa, as mesmas vias já dadas, indenizando-se os proprietários com terras equivalentes no interior do país, impondo-se-lhe a obrigação de conservarem as madeiras e Paus Reais, e estabelecendo igualmente as mais severas penas, contra os [...] destruidores das Matas.²⁹

Apesar de ampliada com a criação do cargo de Juiz Conservador das Matas, o controle sobre as atividades extrativistas na região de Ilhéus foi expandido gradativamente durante o terceiro século de ocupação dos portugueses na América. Os Cortes Reais implantados na Capitania de Ilhéus em 1716 e ampliados ao longo do século XVIII basearam-se na fundação de uma administração³⁰ configurada pelo controle das atividades extrativistas pela Coroa portuguesa e com a participação de

²⁸ Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes das madeiras, ordens que a esse respeito se tem expedido; regulamento dos referidos cortes, e estado atual desta dependência, até o dia 1 de agosto de 1803, por Baltasar da Silva Lisboa, s. i. (circa 1803). p. 21. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

²⁹ Idem. p. 17.

³⁰ Sobre a formação da administração dos cortes de madeiras ver: Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus (autoria de Domingos Alves Branco Muniz Barreto; ano provável, 1800). Ms 512 (47).

agentes inseridos na hierarquia de cargos e funções, fossem eles ligados diretamente ao controle central, fossem atuantes a partir da esfera econômica local.

Em diversos tempos, por Ordem que se encontram nos Livros do Arquivo desta Secretaria se mandavam abrir Cortes de Madeiras, conforme as encomendas que de Lisboa se fizeram para as precisões do Arsenal Real da Marinha.³¹

Em seu relato de memória, Domingos Alves Branco Muniz Barreto informa os nomes e o período de serviço dos Inspetores dos Cortes Reais entre os anos de 1770 e 1798. O primeiro dentre esses Inspetores (administrador dos cortes de madeiras) foi Lourenço Antônio de Gouvêa, em 1770. O insucesso desse administrador, apontado por Muniz Barreto, levou à nomeação do segundo Inspetor dos Cortes Reais pelo então Conde de Lumiares, Manoel da Cunha Menezes, que indicaria para o cargo Luís Caetano Simões, em 1776.³²

Seguisse aquele Inspetor outro muito pior, o Sargento-Mor de Cavalaria Auxiliar Luís Caetano Simões talvez por se persuadir o Tribunal que o nomeou, que o mesmo irá ter espírito de bom Soldado, que ser capaz para uma semelhante administração.³³

O terceiro Inspetor dos Cortes Reais foi o Desembargador e também Ouvidor da Comarca de Ilhéus, Francisco Nunes da Costa, a quem foi dado a tarefa de garantir o provimento de madeiras com maior economia possível, assumindo o cargo por volta de 1780 e mantendo-se nele até 1794, ano de seu falecimento.³⁴

Apesar de ser responsável por formular algumas sugestões³⁵ de melhoramento na produção madeireira e de buscar a eficiência nos cortes, Francisco Nunes da Costa é descrito por Muniz Barreto como homem de bom conhecimento da agricultura e de certo esclarecimento das Luzes. Devido à saúde debilitada e ao seu consequente afastamento para a Capitania da Bahia, remetia os valores aos administradores locais

³¹ Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes das madeiras, ordens que a esre respeito se tem expedido; regulamento dos referidos cortes, e estado atual desta dependencia, até o dia 1 de agosto de 1803, por Baltazar da Silva Lisboa, s. i. (circa 1803). p. 2. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

³² Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes das madeiras, ordens que a esre respeito se tem expedido; regulamento dos referidos cortes, e estado atual desta dependencia, até o dia 1 de agosto de 1803, por Baltazar da Silva Lisboa, s. i. (circa 1803). p. 5 e 6. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

³³ Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus (autoria de Domingos Alves Branco Muniz Barreto; ano provável, 1800). Ms 512 (47, doc. 2). p. 4 e 5. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

³⁴ Idem, p. 6. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

³⁵ Uma dessas sugestões está em: Proposta do inspetor dos Reais Cortes de Madeira Francisco Nunes da Costa, para Melhorar e maiós Lucro no transporte de madeiras. Bahia 19 de outubro de 1789.

dos cortes de madeiras para efetivarem o pagamento aos fabricantes de madeiras, porém esses pagamentos eram realizados apenas para um determinado grupo.

fazia remeter (os pagamentos) aos seus Administradores, os quais não desempenhado a boa confiança [...] revertiam os pagamentos, unicamente a favor daqueles Fabricantes de madeiras, que eram patrocinados e especializados pelos referidos Administradores, pagando-se-lhes somas consideráveis pelo serviço futuro que haviam (de) fazer, do que procedia ficarem muitos Fabricantes de Madeiras por pagar, e sendo, sem embargo disso obrigados a continuar o trabalho dos mesmos Cortes por uma cega, e violenta obediência.³⁶

Essa forma de prestigiar alguns fabricantes com adiantamentos de pagamentos feitos pelos administradores dos Cortes Reais, adotada no período final de Inspeção de Francisco Nunes da Costa, legou uma difícil relação entre diversos fabricantes de madeira e os tais administradores. Devido à predileção desses administradores por fabricantes de madeiras a eles ligados, outros fabricantes ficavam condenados a trabalhar sem uma perspectiva breve de pagamento, o que poderia gerar dificuldade de investimentos em outros setores, como, por exemplo, o agrícola. Muitos dos negociantes de madeiras também desempenhavam atividades no campo e, por muitas vezes, necessitavam das receitas derivadas da exploração madeireira como forma de complementar suas rendas ou de realizarem investimentos.

Com a morte de Francisco Nunes da Costa, em 1794, não houve, por parte da Junta da Fazenda Real e nem pelo Governador-Presidente, o interesse de nomear um novo Inspetor para os Cortes Reais, ficando, assim, a supervisão dos cortes de madeiras nas mãos dos próprios administradores (particulares), que permaneceram responsáveis por zelar pelas terras que já administravam, porém, sem um controle central da Inspeção.³⁷

Os cortes de madeiras passaram a fazer parte do controle de três administradores. O corte de madeira de Taperoá foi confiado ao Sargento-Mor Luís Bernardo de Souza. Os cortes de Serapuí e Maricoabo ficaram a cargo do Capitão de Ordenanças Gabriel Pinto de Pinho. Por fim, para os cortes do rio Mapendipe, foi

³⁶ Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus (autoria de Domingos Alves Branco Munis Barreto; ano provável, 1800). Ms 512 (47, doc. 2). p. 6 e 7. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

³⁷ Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus (autoria de Domingos Alves Branco Munis Barreto; ano provável, 1800). Ms 512 (47, doc. 2). p. 16. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

incumbido o Capitão-Mor de Ordenanças João Baptista Teixeira. Sobre esses três administradores, afirma Domingos Alves Branco Muniz Barreto:³⁸

Estes três Administradores, como tinham sido criados, e estavam acostumados com os abusos da antecedente administração, seguiram não só os mesmos vícios dela, mas que puseram as coisas em pior estado, como era muito natural que sucedesse em uma administração acéfala.³⁹

Em finais do século XVIII, constou da supervisão dos cortes de madeiras a figura do Ouvidor da Comarca de Ilhéus, Baltasar da Silva Lisboa.⁴⁰ Esse período se configura como de maior rigor no controle sob a exploração das matas da então Comarca de Ilhéus, principalmente por causa da necessidade de ampliar o arsenal da marinha de guerra portuguesa.

3.2 A HIERARQUIA NOS CORTES DE MADEIRAS

As transformações alcançadas nos mais de 300 anos de exploração da floresta estiveram presentes especialmente no quesito trabalho. O século XVI, por exemplo, esteve marcado por atividades extrativistas que envolviam o corte do pau-brasil. Não se tratava ainda de uma atividade que envolveria um aparelhamento dos trabalhos. Este foi apenas alcançado no século XVIII, com a formalização dos Cortes Reais de Madeiras (LAPA, 2000, p. 39).

A burocracia estabelecida nos cortes de madeiras da Capitania de Ilhéus, a partir daí, orientou para um controle dos processos extrativistas, proporcionando um grande número de funcionários ligados à extração florestal. Essa administração dos cortes de madeiras obteve, em especial, a partir da gerência do Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, uma significativa ampliação dos quadros de funcionários.

a segunda metade do século XVIII serviu também de cenário para uma grande inovação na forma como a Coroa portuguesa vinha coordenando suas políticas no complexo Atlântico. Momento informado pelos desdobramentos das reformas pombalinas em curso, que tornasse possível a edição de um programa político à recuperação econômica do Estado português (GOUVÊA, 2001, p. 310).

³⁸ Idem. p. 17. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

³⁹ Idem. p. 17. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

⁴⁰ Ver: Memória sobre as matas da comarca de ilhéus, cortes das madeiras, ordens que a esre respeito se tem expedido; regulamento dos referidos cortes, e estado atual desta dependencia, até o dia 1 de agosto de 1803, por Baltazar da Silva Lisboa, s. i. (circa 1803). Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

A hierarquização das funções de controle sobre a floresta tinha como principal objetivo a dinamização das atividades extrativistas e o suprimento da demanda por madeiras da metrópole e do estaleiro de Salvador. O controle sobre os recursos explorados gerou uma série de cargos e ofícios como forma de garantir o domínio e a ampliação das áreas de atuação na Colônia. Escreve Gouvêa:

A expansão ultramarina portuguesa resultou na progressiva conquista de territórios, concorrendo para que a Coroa passasse a atribuir ofícios e cargos civis, militares e eclesiásticos aos indivíduos encarregados do governo nessas novas áreas. Passava também a Coroa a conceder privilégios comerciais a indivíduos e grupos associados ao processo de expansão em curso. Tais concessões acabaram por se constituir no desdobramento de uma cadeia de poder e de redes de hierarquia que se estendiam desde o reino, dinamizando ainda mais a progressiva ampliação dos interesses metropolitanos, ao mesmo tempo que estabelecia vínculos estratégicos com os vassallos no ultramar (GOUVÊA, 2001, p. 288).

Os privilégios dados aos indivíduos ou grupos associados não se resumiram apenas a concessões comerciais. Uma parcela da população que pertencia à elite mercantil colonial obteve acesso também a cargos e ofícios na administração portuguesa nos cortes de madeiras.

O modelo hierárquico instalado na colônia constituía-se de uma estrutura administrativa formada por vice-reis e governadores e de um suporte hierárquico de oficiais: donatários, capitães, sargentos-mor, ouvidores, inspetores, escrivães, tesoureiros, etc.. Eram governadores ultramarinos com grande poder, mas que deviam obediência aos secretários de Estado de Lisboa. Estes eram cargos inferiores na hierarquia, com certa autonomia, porém submetidos aos governadores gerais (HESPANHA, 2001, pp. 174 – 177). Mesmo com as ligações administrativas, que deveriam guiar os caminhos até a metrópole, o próprio distanciamento entre a colônia e a administração central se encarregava de promover uma determinada liberdade administrativa aos grupos hierárquicos coloniais.

A formação administrativa originária na colônia favoreceu a transferência de uma série de mecanismos jurídicos e administrativos vindos da metrópole. Porém as características, principalmente as econômicas, desenvolvidas no Brasil, demonstrada a partir do surgimento de uma elite comercial local e de um mercado consumidor interno fortalecido no século XVIII, contribuíram para o surgimento de uma relação peculiar entre a colônia e a metrópole. As forças políticas e administrativas, até certo ponto, estariam associadas a poderes que nem sempre partiam da mesma origem.

Outra característica da administração colonial na América portuguesa foi a oficialização da hierarquia ligada aos processos extrativistas. A criação de inúmeros cargos para administrar a exploração da floresta tornou possível uma maior monetarização na economia colonial. O Quadro V, a seguir, informa alguns dos cargos e funções exercidos no processo extrativista em Ilhéus.

Quadro V⁴¹

Funcionários associados aos Cortes Reais de Madeiras da Capitania de Ilhéus na segunda metade do século XVIII

Juiz Conservador das Matas
Inspetor dos Cortes Reais
Administrador
Escrivão
Almoxarife
Mestres
Contra Mestres
Falquejadores
Arrastadores

Podem ser identificados alguns valores pagos a esses funcionários da Coroa e aos trabalhos dos cortes de madeiras. Começamos pelo Juiz Conservador das Matas de Ilhéus (pela regulamentação dos cortes de madeiras – aplicação da lei – e conservação de áreas de interesse real), que arrecadava uma soma anual de 1:000\$000 (um conto de réis). A ele seguia-se o administrador dos cortes (a quem competia a contratação de funcionários, pagamentos de fretes e trabalhadores, etc.), com 500\$000 mil réis; seu ajudante obtinha 200\$000 (200 mil réis), isso também em valores anuais; um escrivão contava com a soma de 300\$000 (300 mil réis); seu ajudante, com um valor de 150\$000 (150 mil réis); e um almoxarife dispunha da quantia de 200\$000 (200 mil réis).⁴² A esses seguiam trabalhadores empregados diretamente nos cortes de madeiras, como, por exemplo, o mestre geral dos cortes, que recebia uma jornada diária no valor de \$800 réis, incluindo os domingos e dias santos não trabalhados. A ele se seguiam dois contra mestres, com a soma de \$640 réis diários. Esses, afirma Muniz Barreto,

⁴¹ Memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus, cortes de madeiras etc, regulamento dos cortes e estado atual... por Baltazar da Silva Lisboa. 1803 aprox., 2 docs originais, 43 f.ms 512 (56, doc. 24) (pastas 20 e 54). p. 31-57. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

⁴² Memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus, cortes de madeiras etc, regulamento dos cortes e estado atual... por Baltazar da Silva Lisboa. 1803 aprox., 2 docs originais, 43 f.ms 512 (56, doc. 24) (pastas 20 e 54). p. 31. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

carregavam “todo o trabalho que pertencia ao Mestre geral, que nada mais fazia que dar algumas direções, e ordens verbais”.⁴³ Aos contra mestres cabia a função de buscar os lugares que melhor lhes pareciam para os cortes de madeira, visto as solicitações de remessas feitas pelo Arsenal da Marinha. Abaixo desses, estavam alguns outros trabalhadores, como os falquejadores (responsáveis pelos cortes das árvores), com somas de \$480⁴⁴ réis diários; já os arrastadores das madeiras não apresentavam cálculo algum de economia nos seus respectivos vencimentos.

Além desses pagamentos, incluíam-se \$640⁴⁵ réis pagos por cada junta de bois alugada dos proprietários de animais da região. Pagava-se também aos proprietários de terras pela retirada de madeiras em suas terras, bem como executavam-se pagamentos de fretes aos donos de embarcações, que variavam de acordo com a quantidade de madeira e o tamanho do percurso a ser feito.

É importante ressaltar a presença de cozinheiros⁴⁶ nos cortes de madeiras, pois eles recebiam vencimentos equivalentes aos de falquejadores e eram retirados dentre esses trabalhadores para cumprir a tarefa alimentar. Aos estradeiros, por sua vez, responsáveis pela abertura de estradas, as quais serviriam para o arrasto dos paus pelos condutores e comunicações entre as estradas gerais e transversais dos pontos de exploração de madeiras, recebiam um “crescido jornal”, valores esses não especificados na documentação trabalhada.

A hierarquização dos cortes de madeiras estabelecida na segunda metade do século XVIII na Capitania de Ilhéus contribuiu para a ampliação do fornecimento de madeiras para Portugal e também para o suprimento das necessidades dos estaleiros de Salvador, além de possibilitar maior controle e fiscalização das áreas produtivas. Além disso, cooperou para o fortalecimento de uma indústria naval em pleno desenvolvimento na colônia. A extração florestal ainda favoreceu a circulação econômica na colônia,

⁴³ Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus (autoria de Domingos Alves Branco Munis Barreto; ano provável, 1800). Ms 512 (47, doc. 2). p. 10.

⁴⁴ Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus (autoria de Domingos Alves Branco Munis Barreto; ano provável, 1800). Ms 512 (47, doc. 2). p. 12. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

⁴⁵ Memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus, cortes de madeiras etc, regulamento dos cortes e estado atual... por Baltazar da Silva Lisboa. 1803 aprox., 2 docs originais, 43 f.ms 512 (56, doc. 24) (pastas 20 e 54). p. Apêndice... p. 57. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

⁴⁶ Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus (autoria de Domingos Alves Branco Munis Barreto; ano provável, 1800). Ms 512 (47, doc. 2). p. 13. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

tanto por parte do comércio florestal, quanto por parte de uma burocracia desenvolvida a partir das verbas empregadas pela Coroa na administração dos cortes de madeiras.⁴⁷

⁴⁷ As informações retiradas das *memórias, ofícios e notícias*. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

4 A ECONOMIA FLORESTAL

Este capítulo objetiva avaliar a dinâmica comercial desenvolvida na Capitania de Ilhéus durante o século XVIII, analisar as áreas de extração florestal, compreender a relação comercial do uso das madeiras e identificar as espécies florestais comercialmente exploradas. Uma das primeiras medidas tomadas no dia 22 de abril de 1500 foi derrubar uma árvore e confeccionar uma cruz, o símbolo da salvação daquele povo a ser conquistado (DEAN, 1996, p. 59). Esse acontecimento marcou o início da estreita relação entre os portugueses e as florestas brasileiras. Em meio a preocupações com as possíveis riquezas que poderiam ser encontradas, como ouro e prata, Pero Vaz de Caminha, autor da primeira impressão escrita sobre a chegada dos portugueses ao Brasil, relata ao rei de Portugal D. Manuel sobre a densidade das matas.

Neste dia, a horas de véspera, houemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos [...]. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.⁴⁸

A floresta brasileira se tornaria, nos anos seguintes, peça fundamental para Portugal a partir da exploração do pau-brasil no século XVI. Ainda no século XVI, já se fazia conveniente a instalação de povoações próximas a áreas com boa amplitude florestal, algo que se explica muito bem pela principal matéria-prima utilizada nas construções de casas, engenhos, carroças, etc.

O Pará ou Rio das Amazonas [...]. Tem de boca mais de oitenta léguas, e no recôncavo dêste seio de tanta larguesa há inumeráveis ilhas, umas grandes e outras pequenas, abastecidas de muitos arvoredos, com sítios excelentíssimos para se poderem fazer nelas grandes povoações (BRANDÃO, 2005, p. 26).

A grande simpatia pelas florestas americanas tem sua explicação tanto pela carência de amplas reservas florestais já verificada no século XV no Velho Mundo, quanto pela diversidade e densidade dos arvoredos encontrados no Novo Mundo. Isso fez, por exemplo, que não fossem apenas os portugueses os únicos da Europa a abrirem

⁴⁸ A Carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf>. p. 1 e 14. Acesso em 01/11/2013.

os olhos para as riquezas florestais encontradas no continente americano. Os espanhóis, responsáveis pela colonização de diversas áreas americanas, tanto na parte Sul, como, também, na América Central, desenvolveram, entre os séculos XVII e XVIII, principalmente em Havana, uma intensa indústria naval, amparada na existência de grandes reservas florestais.

Si España no tenía la capacidad industrial para fabricar la totalidad de los barcos de la Carrera, en los puertos americanos del Caribe y más particularmente en la Habana se desarrolló una industria naval, sobre todo durante el siglo XVII y XVIII, de forma que la Habana se convirtió en el principal arsenal no sólo de América sino de todo el imperio (TACHOT, 2002, p. 83).⁴⁹

A análise feita por Tachot sobre a indústria florestal instalada na América Espanhola demonstrou que a extração madeireira e, conseqüentemente, a produção naval na América cooperou de forma significativa para o aumento da navegação entre a metrópole e a colônia, nesse caso, entre a Espanha e suas colônias (TACHOT, 2002, p. 83). A produção madeireira no Brasil se intensificou ao longo do período colonial a partir das operações realizadas na costa do Atlântico. Nessa região, a divisão do litoral em capitanias garantiu o controle e a ocupação inicial dos colonizadores sobre essas áreas de grandes reservas florestais (PRADO Jr., 1994, p. 37). Dentre essas capitanias, a da Bahia se destacou por sua indústria de construção naval e pela existência de um estaleiro utilizado para promover reparos e construções de embarcações (PRADO Jr., 1994, p. 217).

Essa indústria, que será ampliada no século XVIII, já dava os seus primeiros passos nos séculos anteriores. No Brasil *quinhentista*, instituiu-se a prática de paradas, no litoral brasileiro, de navios que saíam da Europa, por exemplo, em direção ao Rio da Prata ou ao Estreito de Magalhães. Tanto na ida quanto na volta se fazia necessário tocar a terra antes de cruzar o Atlântico para recarregar os suprimentos, como também reparar as embarcações, feitas de madeiras, que sofriam com o calor da região equatorial e com o desgaste da própria empreitada no mar (HUTTER, 1986, p. 49). Além disso, era necessária a aquisição de algumas madeiras para possíveis reparos dos navios durante as viagens, além do provimento de lenhas e da obtenção de ripas para a produção de tonéis de armazenamento de água.

⁴⁹ Se a Espanha não tinha a capacidade industrial para fabricar a totalidade dos barcos de Carreira, nos portos americanos do Caribe e mais particularmente em Havana foi desenvolvido uma indústria naval, especialmente durante o século XVII e XVIII, de forma que Havana tornou-se principal arsenal no solo da América senão de todo o império (TACHOT, 2002, p. 83, tradução nossa).

O Governador Geral do Brasil, em carta aos Oficiais da Câmara das Vilas de Camamu e de Boipeba, determinava que todas as pessoas que tivessem serraria fizessem ripas de landirana para os tonéis das fragatas reais e das naus da Índia. Toda produção de ripas deveria ser levada para o porto da Bahia (HUTTER, 1986, p. 51).

Outras áreas produtivas se destacaram como fornecedoras de madeiras para a Coroa portuguesa, tais como as Capitânicas do Espírito Santo, Porto Seguro e Ilhéus.⁵⁰ Apesar de não explicitada nos documentos trabalhados, segue a estas a Capitania do Rio de Janeiro, não menos produtiva, porém mais configurada por características “informais”. Esse talvez tenha se tornando o grande motivo de não serem encontradas informações mais consistentes sobre a organização e a composição dos cortes de madeiras estabelecidos naquela Capitania, em especial, nos cortes desenvolvidos no Recôncavo da Guanabara (CABRAL, 2008, p. 224).

No caso da Capitania e Comarca de Ilhéus, a sua oficialização possibilitou um bom volume documental, sobretudo, em finais do século XVIII, dando conta de algumas atividades desenvolvidas sob uma “órbita comercial”, que tinha como “astro” maior a floresta. O século XVIII parece ter alcançado oficialmente, no sentido burocrático, uma assistência maior por parte da Coroa portuguesa (LAPA, 2000, p. 39), por isso essa região deteve um número razoável de *memórias, ofícios, cartas, relatos*, etc.

A oficialização dos cortes de madeiras incentivou o aumento de investimentos para a contratação de funcionários, e a indústria de transformação foi beneficiada pela instalação de serrarias e estaleiros aptos a promover o beneficiamento das madeiras (transformação da madeira em peças ou embarcações). Essa transformação das madeiras para a utilização na construção naval promoveu a perpetuação de uma indústria náutica responsável pela construção de diversas embarcações, tanto no âmbito comercial quanto no de guerra.

Segundo Schwartz (SCHWARTZ, 1998), em um levantamento realizado no ano de 1775, foi verificada a existência de 2148 embarcações de vários tipos, que navegavam em águas baianas. Verificou-se, também, que, após uma intensa devastação de áreas florestais do Recôncavo baiano para a realização da agricultura, principalmente

⁵⁰ Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes de madeiras, regulamento dos cortes e estado atual ... Por Baltazar da Silva Lisboa, 1803, f. 8, ms. 512 (56, doc. 24).

em decorrência da queimada da floresta, a região de Ilhéus se tornou a principal fonte de madeira e de lenha (SCHWARTZ, 1998, p. 78).

A Revolução Industrial na Europa também contribuiu para um avanço do uso da madeira brasileira, muito em virtude do surgimento das máquinas movidas a vapor. Essa época marca o surgimento das primeiras máquinas laminadoras por faqueamento e do torno desfolhador,⁵¹ impulsionando destacadamente a laminação, que passou a ser, então, a base do surgimento da indústria de compensados (ALBUQUERQUE e LATORRACA, 2000, p. 158). As novas técnicas alcançadas a partir do surgimento das máquinas favoreceram também um processo de desenvolvimento da indústria de construção civil e mobiliária, nesta última, favorecendo a produção de móveis de luxo.

Essa indústria voltada para o fornecimento de madeiras instalada na região de Ilhéus se configurava, especialmente, na produção de peças das mais diversas para a construção naval. O “*Apêndice sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus*” apresenta mais de 75 peças,⁵² tais como: “quilhas”, “mastros”, “cavernas”, “cavername”, etc., utilizadas para a fabricação de uma nau de guerra, as quais, possivelmente, eram produzidas nas serrarias da própria comarca. O Quadro VI informa algumas espécies florestais, número de falquejadores e de juntas de bois para a realização do trabalho, valor unitário de peças e a quantidade de dias necessários para o fabrico, além do custo final das peças para construção naval.

⁵¹ A laminação é o processo de desdobro no qual se obtém folhas de madeira para confecção de compensados ou para revestimento de placas de madeira. O processo consiste no deslocamento transversal relativo de uma faca sobre um bloco de madeira previamente seccionado, destacando assim as folhas. No equipamento denominado torno laminador, a tora cilíndrica é colocada entre as ponteiras desse torno, enquanto uma faca, em posição tangencial à tora, destaca uma camada de material, como se desenrolando um papel em bobina. Fonte: idemdesign.net. Disponível em: <http://www.idemdesign.net/pt/des-prod/tec-madeira/202-desdobro-madeira.html?start=1> Acesso em: 02/02/2014.

⁵² Quilha: Peça estrutural básica da embarcação, disposta na parte mais baixa do seu Plano Diametral, em quase todo o seu comprimento. Mastro: Longa peça de madeira ou aço, de seção geralmente circular, erguida acima do Convés Principal para sustentar antenas, Paus de Carga, luzes de posição e de marcha e outros acessórios necessários aos serviços realizados na embarcação. Caverna: Peça de reforço colocada transversal ou longitudinalmente, formando o arcabouço do navio e servindo para dar apoio ao Forro Exterior e manter a forma do Casco. É chamada Caverna Transversal ou Caverna Longitudinal, segundo sua posição. Cavername: Conjunto das Cavernas de uma embarcação. Fonte: Dicionário naval, disponível em: http://www.sobena.org.br/downloads/diciona_navai/Nomenclatura%20do%20Navio.pdf Acesso em: 17/08/2013

Quadro VI⁵³

Custo das peças de Construção para o fabrico de um Navio de Guerra. Pelo Capitão do Forte do Morro de São Paulo, Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Produção de madeira de construção na Comarca de Ilhéus no final do século XVIII

Nomes madeiras de Construção (preço unitário).	Nº Falquejadores.	Dias de fabrico de cada peça.	Custo total das peças.	Juntas de Bois para cada peça.
48 Aposturas em maneira de S (1\$600)	2	2	76\$800	12
14 Abitas (\$800)	2	1	11\$200	8
40 Amurras, taboados (\$800)	2	1	32\$000	9
1 Cadaste	4	4	6\$400	15
1 Contra Cadaste	4	4	6\$400	15
39 [Cavernas] de ponta aponta (4\$800)	3	24	187\$200	21
1 Cabestrante	5	3	6\$000	15
1 Gio	4	4	6\$400	5
100 Latas (\$800)	2	1	80\$000	9
1 Leme [B] Madre	4	4	6\$400	27
14 Mastros externo de pau de olio (4\$800)	4	3	67\$200	25
4 Mastaréis grandes de traquete (4\$800)	4	3	19\$200	30
20 Patilhão (6\$000)	5	3	120\$000	15
50 Pranchões para enximentos (1\$600)	2	2	80\$000	7
800 Folhas p/ 200 Dúzias de Pranchões de Vinhático (1\$600)	4	4	1:280\$000	6 cada folha
200 Folhas p/ 50 dúzias de Pranchões de Oiti e Tapinhoan (\$900)	3	3	180\$000	6 cada um
1 Sobre Quilha	4	4	6\$400	32
3 Rodas de Prôa (6\$400)	1	8	19\$200	18
40 Sintas de Amurra (\$800)	2	1	32\$000	10
10 Virotos – com recortes de almeida e contra almeida (4\$800)	4	3	48\$000	13
30 Verdugos (1\$600)	2	2	48\$000	15
10 Vergas maiores (3\$600)	3	3	36\$000	30
Valor total ⁵⁴			2:354\$800	

⁵³ Esta é uma tabela adaptada do apêndice da Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus (Domingos Alves Branco Muniz Barreto; ano provável, 1800). Ms 512 (47, doc. 2) BN. p. 57 - 71. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

⁵⁴ Embora apresente o valor de 2:354\$800 na tabela adaptada, a tabela original possui um valor de 6:583\$600, correspondente a todas as peças necessárias para a construção de uma nau de guerra.

Das peças ainda não informadas, temos a apostura: parte superior de cada um dos ramos da baliza, quando esta é formada de várias peças, como nos navios de madeira. Cabrestante: aparelho constituído por um tambor de eixo vertical, acionado por motor elétrico (com transmissão mecânica ou hidráulica). Máquina a vapor ou manual, destinada a içar amarras ou espias, ou efetuar outras manobras de peso. Cadaste: peça montada na extremidade posterior da quilha, fechando a ossada do navio, a ré. Nos navios de um só hélice, pode haver cadaste externo e cadaste interno. Lata: peça semelhante ao vau, que se coloca entre estes e, também, com eles, serve de apoio aos pavimentos. Leme: peça destinada a governar a embarcação, quando submetida à pressão dos filetes de água. Cinta: o mesmo que cintado. Roda de proa: peça robusta de aço, montada na extremidade de vante da quilha, fechando a ossada do navio à vante.⁵⁵ Abita: marinha pilar redondo muito curto, no convés do navio ou na amurada do porto, em que se enrolam as amarras. Amurra ou Amura: cabo que prende a parte inferior da vela e a mantém estendida do lado donde sopra o vento. Contra cadaste: peça de madeira que reforça o cadaste por fora ou por dentro do navio. Gio: cada uma de duas peças curvas de madeira que formam ângulo, entalhando entre si e no contra cadaste. Mastaréu: pequeno mastro; mastro de pequenas dimensões. Patilhão: forma muito saliente da roda de proa. Sobre quilha: peça ou peças que vão da proa à popa do navio e servem para fortalecer as cavernas. Verdugo: marinha cinta que se estende da popa à proa sobre a quilha de um navio. Virote: cada uma das peças das obras-mortas.⁵⁶

O Quadro V mostra que ocorria circulação monetária, fruto do comércio e beneficiamento de madeiras, em especial, por causa da indústria naval. Isso significa que, apesar da realização do envio de madeiras para Portugal, existia, na colônia, ainda que de forma menor, um mercado voltado para absorver os “produtos” florestais.

Em finais do século XVIII, Lisboa e o reino ainda continuavam sendo a capital e o centro político do Império. Portugal permanecia ainda como importante mercado e para seus portos convergia a maior parte das mercadorias do Império, posteriormente redistribuídas pela Europa (FRAGOSO, 2001, p. 321). A construção de serrarias e estaleiros em Salvador e até mesmo em áreas próximas aos cortes de madeiras de

⁵⁵ Disponível em:

www.sobena.org.br/downloads/diciona_navai/Nomenclatura%20do%20Navio.pdf. Acesso em: 1/10/2013.

⁵⁶ Disponível em: <http://www.dicio.com.br>. Acesso em: 1/10/2013.

Ilhéus, responsáveis tanto pela produção de peças quanto pelo reparo e construção de naus, comprova “que os circuitos de acumulação endógena não seriam originários apenas pela demanda da agroexportação”, “mas também pelo próprio abastecimento daqueles setores voltados para o mercado interno” (FRAGOSO, 1998, p. 168).

Os valores empregados pela Coroa nos cortes de madeiras para a realização de pagamentos de funcionários, além de maximizar uma monetarização daquela economia florestal, possibilitaram o desenvolvimento econômico-social de um restrito grupo beneficiado a partir do sistema de mercês. Esta prática era originária de uma troca entre um indivíduo ou um grupo, que, a partir de serviços prestados à Coroa, poderia envolver conquista de terras ou o próprio desenvolvimento da colonização, obtendo, a partir daí, uma mercê, o que poderia ser um privilégio ou um cargo concedido pelo rei (BICALHO, 2001, p. 219). Esse pequeno grupo dos mais beneficiados nos Cortes Reais era formado principalmente por proprietários de terras, que lucravam tanto do comércio florestal mantido com a Metrópole (aluguéis de escravos e bois, venda de madeiras, fretes pagos pelo transporte de madeiras em embarcações, etc.), quanto da própria aquisição de cargos administrativos ou funções nos cortes de madeiras.⁵⁷

Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, algumas das povoações e vilas mais bem-sucedidas da então Comarca de Ilhéus eram provenientes das operações extrativistas florestais ocorridas no circuito comercial desenvolvido, principalmente, pelos laços econômicos estabelecidos a partir dos Cortes Reais de Madeiras, como nos casos de Valença, Nova Boipeba, povoação de Jequié - atualmente localizado no município de Nilo Peçanha - e Igrapiúna. Essas povoações surgiam da instalação de cortes permanentes às margens de rios, o que seria, na verdade, uma forma de facilitar o corte de madeiras e possibilitar o seu rápido escoamento, que deveria ser feito pelos rios. Desses cortes surgiriam sistemas interligados de serviços que criaram também conexões comerciais, estabelecidas a partir do transporte e da venda das madeiras que partiam de várias áreas de exploração da Capitania de Ilhéus.

Essas áreas se caracterizaram pela existência de estradas reais e eram responsáveis pela circulação comercial de madeiras entre diversos pontos da Capitania de Ilhéus, bem como pelo comércio de outras mercadorias estabelecido na colônia. Alguns desses caminhos também interligavam, por terra, as capitanias do Nordeste com as Capitanias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

⁵⁷ As informações retiradas das *memórias, ofícios e notícias*. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

4.1 ESPÉCIES FLORESTAIS E SUAS APLICABILIDADES

A relação entre a espécie florestal e uma determinada finalidade para a indústria naval dependeu de alguns critérios como o formato, a densidade e a durabilidade de tais espécies. A madeira de jequitibá, por exemplo, foi bastante utilizada para a fabricação de mastros, por causa do seu formato retilíneo e pelo fato de ser relativamente leve. No caso dos assoalhos e forros dos navios, utilizou-se, preferencialmente, do vinhático e do potumuju, madeiras essas de grande durabilidade e reconhecidas também pela maciês, o que facilitava o trabalho de fabricação das embarcações nos estaleiros. A maçaranduba e a sucupira eram conhecidas pela alta densidade e durabilidade, sendo utilizadas na confecção dos cascos dos navios.⁵⁸ O Quadro VII, apresentado a seguir, informa algumas espécies utilizadas na indústria naval e seus respectivos nomes científicos.

Quadro VII⁵⁹

Algumas espécies florestais extraídas nos Cortes Reais de Madeiras no século XVIII e suas respectivas referências para a botânica nos dias atuais

Nome comum	Nome científico
Angelim-pedra	<i>Hymenolobium petraeum</i> Ducke
Cedro	<i>Cedrela fissilis</i>
Ipê amarelo (Pau de arco)	<i>Tabebuia vellosi</i>
Ipê branco (Pau de arco)	<i>Tabebuia roseo alba</i>
Ipê roxo (Pau de arco roxo)	<i>Tabebuia heptaphylla</i>
Jacarandá	<i>Dalbergia nigra</i>
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i>
Jequitibá branco	<i>Cariniana estrellensis</i>
Jequitibá rosa	<i>Cariniana legalis</i>

⁵⁸ Ao longo do documento: "Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes de madeiras, regulamento dos cortes e estado atual ... Por Baltazar da Silva Lisboa, 1803, f. 8, ms. 512 (56, doc. 24)" são apresentadas diversas informações sobre as opções comerciais sobre as espécies utilizadas na indústria naval no século XVIII.

⁵⁹ As informações retiradas para a criação do quadro estão disponíveis em:

http://www.vivaterra.org.br/arvores_nativas.htm Acesso em: 2/02/2014.

<http://www.madsaopaulo.com.br/arvore.php?id=13> Acesso em: 2/02/2014.

<http://www.florestasnativas.com.br/VINH%C3%81TICO> Acesso em: 2/02/2014.

<http://aulete.uol.com.br/tapinho%C3%A3> Acesso em: 2/02/2014.

<http://www.cnpf.embrapa.br/publica/circtec/edicoes/circ-tec124.pdf> Acesso em: 2/02/2014.

Massaranduba	<i>Manilkara huberi</i>
Oiti	<i>Licania tomentosa</i>
Pau-brasil	<i>Caesalpinia echinata</i>
Pau ferro	<i>Caesalpinia férrea</i>
Potumuju	<i>Centrolobium</i>
Sapucaia	<i>Lecythis pisonis</i>
Sucupira	<i>Pterodon emarginatus</i>
Tapinhoã	<i>Sylvia navalium</i>
Vinhatico	<i>Platymenia foliolosa</i>

Essas espécies possuíam características distintas, algo que as tornavam interessantes para as diversas aplicabilidades na indústria naval. O Angelim é uma espécie que é encontrada em florestas de terras firmes e também no Amazonas. Destaca-se por ser uma árvore de porte gigantesco, chegando a 60 m de altura e diâmetro de até 340 cm. É uma madeira que apresenta um perfil entre muito durável e durável, sendo por isso empregada em construção civil e naval. O Cedro tem existência em todo o país, especialmente na região de Minas Gérias e do rio Grande do Sul. É uma árvore de grande porte, com altura de 20 até 25 m e tronco reto e de casca grossa com 60 a 90 cm de diâmetro. É uma espécie moderadamente pesada, macia ao corte e notavelmente durável em ambiente seco.

O Ipê amarelo tem ocorrência nas regiões do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. É uma árvore que pode chegar a 25 m de altura e com o tronco de 40 a 70 cm de diâmetro. É uma espécie pesada, muito dura, de grande durabilidade, mesmo em condições adversas. O Ipê branco possui sua área de concentração nas regiões de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e norte de São Paulo, podendo ocorrer em alguns estados do nordeste. É uma árvore de médio porte e de crescimento muito lento, podendo alcançar de 7 a 16 m de altura. Sua madeira é moderadamente pesada e de ótima durabilidade. O Ipê roxo tem sua ocorrência na Bahia e no rio Grande do Sul. Atinge de 10 a 20 m de altura e de 40 a 80 cm de diâmetro. Sua madeira é muito pesada, dura e de ótima durabilidade, resistente ao ataque de insetos e ao apodrecimento.

O jacarandá é uma espécie de ocorrência do sul da Bahia até São Paulo. Possui entre 12 a 25 m de altura e tronco com 40 a 80 cm de diâmetro. É uma madeira pesada, dura, resistente e de longa durabilidade em ambiente natural. A espécie Jatobá concentra-se nas regiões do Piauí até o norte do Paraná. Atinge de 15 a 20 m de altura, e tronco com até 1 m de diâmetro, retilíneo. Sua madeira é muito pesada, dura, difícil de ser trabalhada e altamente resistente ao apodrecimento.

O Jequitibá branco tem ocorrência nos Estados de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Apresenta de 25 a 50 m de altura e tronco reto, podendo chegar a mais de 2 m de diâmetro. Apesar de características semelhantes, sua madeira é superior ao Jequitibá rosa. A espécie Jequitibá rosa, por sua vez, concentra-se nas regiões entre Pernambuco e São Paulo. É uma árvore muito alta, com 30 a 50 m de altura, tronco retilíneo, cilíndrico, com casca muito grossa, de 70 a 100 cm de diâmetro. É uma madeira muito leve e macia, na construção naval encontrou sua aplicabilidade principalmente na confecção de mastros.

A Massaranduba é uma espécie de ocorrência na região Amazônica, do Pará ao Amazonas. A árvore possui entre 40 a 50 m de altura e tronco ereto e cilíndrico com 1 a 3 m de diâmetro. É uma madeira de alto valor comercial por ser muito pesada, dura e resistente. O Oiti é uma espécie de ocorrência do Piauí ao norte do Espírito Santo e vale do Rio Doce em Minas Gerais. É uma espécie que atinge altura máxima de 15 m, com tronco de 30 a 50 cm de diâmetro. Sua madeira é pesada, dura, resistente, de longa durabilidade. O Pau-brasil, a primeira árvore comercializada em grandes proporções no Brasil, é natural das regiões do Ceará ao rio de Janeiro, porém, atualmente, sua presença pode ser notada apenas nos Estados da Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro. É uma espécie com 8 a 12 m de altura e diâmetro de 50 a 70 cm. É uma madeira muito dura, pesada e compacta. O Pau Ferro tem ocorrência do Piauí a São Paulo. A espécie possui de 20 a 30 m de altura e tronco cilíndrico. Sua madeira é muito pesada, dura de longa durabilidade natural, por isso bastante utilizada na construção civil.

O Potumuju tem sua principal ocorrência entre os Estados do Ceará e Santa Catarina. As árvores maiores atingem dimensões próximas a 30 m de altura e 120 cm. A Sapucaia é uma árvore de ocorrência do Ceará ao Rio de Janeiro, com predominância nos estados do Espírito Santo e Bahia. Possui altura de 20 a 30 m, com copa densa e ampla, tronco reto, com 50 a 90 cm de diâmetro. A Sucupira é uma espécie de ocorrência nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins. A espécie pode atingir 16 m de altura, com tronco liso de coloração amarelo bem claro, ereto, de 30 a 50 cm de diâmetro. A madeira é bastante resistente, pesada, bastante dura, difícil de rachar. A espécie Tapinhoã é uma árvore que cresce na costa brasileira entre os Estados da Bahia e São Paulo. É uma madeira pesada, dura, muito resistente, de ótima utilização nas construções pesadas e embarcações. O Vinhático, de ocorrência natural da Mata Atlântica, pode atingir alturas de 15 a 30 m de altura, com tronco bastante áspero e descamante, de 25 a 35 cm de diâmetro.

Características como leveza, durabilidade, facilidade no trabalhar e longa durabilidade natural fizeram dessa madeira uma das preferidas na indústria naval do período colonial.⁶⁰

Pode-se dizer que a escolha por certas espécies imprimiu uma dinâmica de extrativismo seletivo nas áreas de corte, colaborando, assim, para a extinção precoce de algumas espécies florestais mais utilizadas, oriundas das matas dos rios Mapendipe, Una, Maricoabo, Igrapiúna, Taperoá, Jequié, dentre outras localizadas na zona costeira da Capitania de Ilhéus.⁶¹

A criação dos Cortes Reais, ainda no início do século XVIII, esteve associada à preocupação da Coroa portuguesa em ampliar cada vez mais a sua produção de madeiras. À medida que aumentavam os indícios de rentabilidade do empreendimento, multiplicavam-se as restrições ao acesso de particulares, estabelecendo, assim, os monopólios régios (SALGADO, 1985, p. 47).

A concepção dos Cortes Reais de Madeiras e a criação de localidades permanentes de extração de espécies florestais, em 1716, favoreceram, de forma significativa, o aumento da produção madeireira. Porém esses não foram os únicos fatores que concorreram para isso. As próprias circunstâncias históricas de Portugal, em meados do século XVIII, em decorrência do terremoto em Lisboa, contribuíram para esse aumento.

No dia 1 de Novembro de 1755, aproximadamente às 10h da manhã, parte de Lisboa desapareceu, abalada por um terramoto de raríssima intensidade (graus VIII e X sobre XII da escala de Mercalli) e magnitude (grau 9, o máximo na escala de Richter). O terremoto, associado a um vasto incêndio por ele provocado, resultou em cerca de dez mil mortos e perdas materiais incalculáveis, em prédios e riquezas móveis. Uma informação da época deu conta de que 10% das vinte mil casas da capital portuguesa ficaram destruídas e mais dois terços delas inabitáveis. Dos setenta e dois conventos e recolhimentos, apenas doze podiam continuar servindo sem perigo maior. Todos os seis hospitais foram destruídos, além da ruína de trinta e três palácios das maiores famílias

⁶⁰ As informações retiradas para a criação do quadro estão disponíveis em:

http://www.vivaterra.org.br/arvores_nativas.htm Acesso em: 2/02/2014.

<http://www.madsaopaulo.com.br/arvore.php?id=13> Acesso em: 2/02/2014.

<http://www.florestasnativas.com.br/VINH%C3%81TICO> Acesso em: 2/02/2014.

<http://aulete.uol.com.br/tapinho%C3%A3> Acesso em: 2/02/2014.

<http://www.cnpf.embrapa.br/publica/circtec/edicoes/circ-tec124.pdf> Acesso em: 2/02/2014.

⁶¹ As informações retiradas das *memórias, ofícios e notícias*. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

da corte e do complexo do Paço real, totalmente destruído no incêndio (FRANÇA, 1980, p. 37).

Fez-se a partir daí o aumento do uso da madeira brasileira para a reconstrução da capital, empregando-se certa revolução técnica na construção mobiliária e imobiliária (LAPA, 2000, p. 26). Esse aprimoramento nas técnicas de construções pode ser notado nas novas estruturas erguidas após 1755, em que:

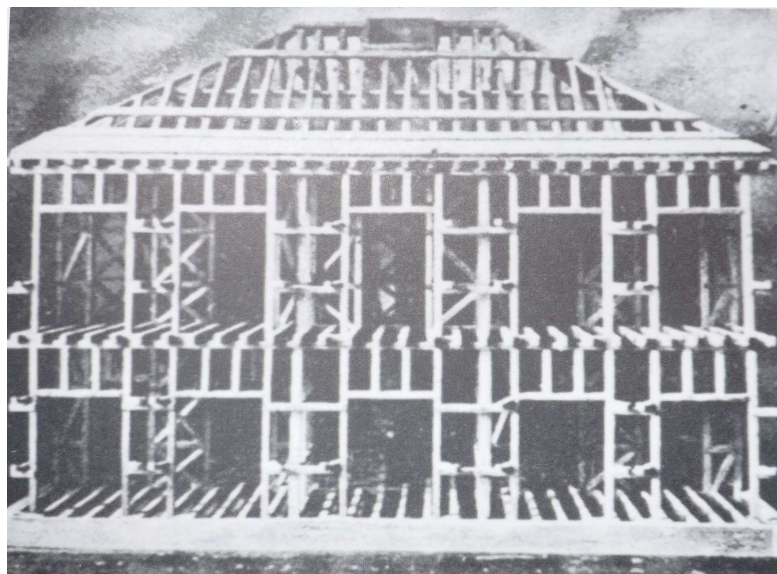
promoveu-se um esforço inovador em artigos pré-fabricados; trabalhados em ferro, entalhes de madeira, telhas, artigos de cerâmica, por exemplo, eram todos padronizados (...) A engenhosa “gaiola” de madeira – uma estrutura que, por sua elasticidade, deveria adaptar-se ao movimento da terra em possíveis terremotos futuros – projetada e utilizada em todas as construções (MAXWELL, 1996, p. 26).

O que se observou em Portugal após 1755 foi uma intensa modernização urbanística. A revolução técnica da construção civil vista a partir da administração do Marquês de Pombal se tornou referência na engenharia antissísmica. Tal revolução estava baseada em um sistema estrutural feito em madeira e designado por “gaiola”. Segundo Maxwell, a essas construções seguiram-se outras tantas, realizadas em diversos lugares, como, por exemplo, o projeto de novos edifícios para a Universidade de Coimbra, na década de 1770, e a construção de uma cidade inteiramente nova, Vila Real de Santo Antônio, no Algarves (MAXWELL, 1996, p. 26). Para tudo isso, estava lá a madeira brasileira. As imagens 1 e 2, apresentadas a seguir, mostram uma dessas construções inovadoras. A “gaiola” era uma estrutura em madeira que deveria se mover de acordo com a intensidade de um terremoto. Os portugueses objetivavam, com isso, conter os efeitos das possíveis catástrofes naturais que ameaçassem destruir suas cidades. O sistema construtivo dos prédios do período Pombalino é do tipo gaiola, constituindo-se por um esqueleto de madeira, formado por peças verticais e horizontais e de peças em diagonal, formando várias cruces de Santo André.⁶²

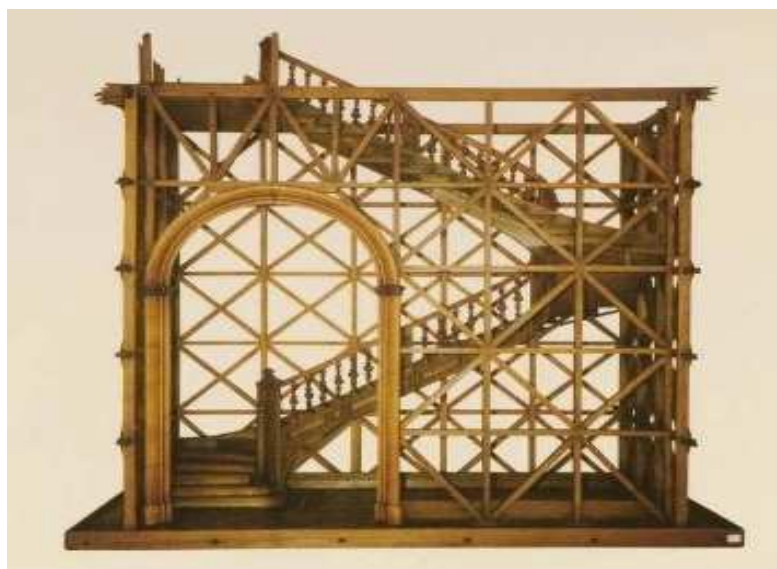
⁶² Caracterização das técnicas construtivas em terra edificadas no século XVIII e XIX no centro histórico de São Luís (MA, Brasil). Disponível em: revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/download/1280/340 Acesso em: 3/02/2014.

Imagem 1⁶³

A “gaiola”, a estrutura lisboeta à prova de terremoto exigida em construções após 1755.

**Imagem 2⁶⁴**

Sistema estrutural antissísmico



⁶³ A “gaiola”, estrutura em madeira com finalidade de reduzir os efeitos dos tremores de terras. MAXWELL, Kenneth. Marques de Pombal: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 27.

⁶⁴ Maquete em madeira do sistema estrutural antissísmico conhecido por gaiola – Instituto Superior Técnico, Lisboa, (MIRANDA, 2011, p.23).

Além da aplicação de madeira realizada nas construções de Lisboa, a indústria naval teve papel importante na absorção da produção madeireira ao longo do XVIII. Nessa indústria, a madeira brasileira desempenhou uma extraordinária relação, devido à sua aplicabilidade, isso porque a diversidade de espécies florestais encontradas na América portuguesa proporcionaram padrões perfeitos para confecção de diversos itens que deveriam ser utilizados nas construções das embarcações. Não se tratou apenas de quantidade, tratava-se da boa qualidade e da amplitude das espécies.⁶⁵ O Quadro VIII constitui-se em um quadro informativo com o nome de algumas espécies florestais e das suas utilizações na indústria de construção naval.

Quadro VIII⁶⁶

Mapa demonstrativo dos melhores paus que com frequência devem ser empregados nas diferentes peças de construção dos navios da marinha de guerra e mercantil no final do século XVIII

Usos dos Páos nas diferentes pessas	Nomes dos Páos
Leames	Em 1º Lugar Sucupira [merin] em 2º Lugar Jatahy amarelo, e preto = Angelim verdadrº = Angelim do côco = Angelim de [canafitesta?] =Em 3º Lugar Pá de arco do preto, e amarelo = Piqui. Pinhão
Pessas Diretas	Em 1º lugar Jatobá, ou Brundanga. Sapucaia verdadeira. Sapucaia assu. Sapucaia [a merin] = Oiticica. Em 2º Lugar Pá roxo. Jatahypeba. Juery. Massaranduba [N] Hé difícil achar nestes pessas tortas.
Cavilhas	Pá de Arco.....
Sobre Quilha	Massaranduba. [Clandi] Carvalho
Váos e Latas	Juery. Clandin Carvalho
Forros dos Navios	Potumujú. Vinhatico.
Fundos dos Navios	Tapinhoan. Oity.
Mastros	Beriba. Olio Vermelho com prefferencia ao Branco. Em 2º Lugar [Jequitiba] . Inhabatan. Sapucaia.
Alcaixes e Figuras de Prôa	Cedro Vermelho
Assoalho	Camaçari
Para infestes e embutidos	Jacarandá. Pá Brasil. Sebastião de Arruda.
Calafeto	Casca de beriba, de que há muita quantidade...

⁶⁵ Ver em: Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes de madeiras, regulamento dos cortes e estado atual ... Por Baltazar da Silva Lisboa, 1803, f. 8, ms. 512 (56, doc. 24)

⁶⁶ Texto adaptado do original. O presente mapa (tabela) faz parte de um apêndice do documento: Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus (atribuo a autoria a Domingos Alves Branco Munis Barreto; ano provável 1800). Ms 512 (47, doc. 2). Appendice com varias Tabellas que se ajuntão ao contexto da Memoria sobre os Cortes de Madeiras de construção estabelecidos na Comarca de S. Jorge dos Ilheos Pertencente A Capitania da Bahia. Nº 5, p. 78. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

Verifica-se que cada espécie florestal se tornou responsável por uma determinada aplicação na indústria naval. Um ponto que chama a atenção é a presença da espécie pau-brasil, madeira bastante conhecida por sua utilização na tinturaria em séculos anteriores (em especial no século XVI), mas que quase passou despercebida na construção naval do século XVIII por conta das suas características. Essa Tabela revela também que, entre as madeiras com o mesmo desígnio, existia uma ordem de qualidade estabelecida entre elas. Sobre esse último ponto, foi verificado em um relato de memória feito pelo Inspetor dos Cortes Reais da Capitania de Ilhéus, Francisco Nunes da Costa, em 1790, certa predileção da madeira de jequitibá para a construção de mastros, frente a outras espécies:

Fico com tudo, persuadido do voto dos mestres e já trato de cumprir inteiramente a ordem de Vossa Excelência, que duvido da descoberta do Mastro-Grande, com a rigorosa qualidade de jequitibá: desta classe há bastantes paus, assinalados, e marcados nos Rios de Contas e Jequié; rios donde já podem descer havendo inundações.⁶⁷

O avanço no conhecimento sobre os tipos de madeiras para a construção naval foi possível graças a dois pontos importantes: o primeiro esteve relacionado à crescente análise e experimentos feitos com as árvores ao longo dos tempos pelos mestres carpinteiros. O segundo estava relacionado à utilização dos conhecimentos adquiridos com os índios que auxiliavam na ampliação das informações sobre a floresta. Para isso, valeram, sobretudo, os aldeamentos indígenas instalados na colônia.

A sua população (da aldeia) é de até 120 casais de Índios pouco mais, ou menos, os quais são dóceis, e bem inclinados, e ao mesmo tempo robustos, e os mais necessários para o trabalho do corte das madeiras ali estabelecido, por haverem nas vizinhanças da mesma Aldeia, as melhores matas de bons paus de construção, assim em qualidade como em compatibilidade e rijeza, muito principalmente no sitio chamado Orobó, onde residem dispersos da povoação alguns casais. São peritos navegadores do caudaloso Rio Mapendipe, pelo qual descem com incrível facilidade, sobre monstruosos paus, até a boca, ou foz da divisão deste Rio, e do de Una, donde são embarcados para o Porto da Bahia.⁶⁸

Os indígenas dessa região, embora tivessem um vasto conhecimento sobre as matas, não lhe atribuíam uma aplicação em moldes econômicos, que foi implementada

⁶⁷ Ofícios sobre madeiras para mastro de Camamu e Cairu... 2 docs. 3 f. ms 512 (46) (pasta 22) (CD-BN) p. 2 e 3. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

⁶⁸ Notícia da viagem e jornadas que fez o capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas vilas e aldeias da Comarca de Ilhéus e Norte da Capitania da Bahia, (sem data, posterior a 1792). Rio de Janeiro: BN, 1 doc. original 17 f. inim. 5 est. Coloridas. Ms 512 (50). p. 19 e 20. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

somente pelos portugueses. Pelo menos é o que explica Pádua (PÁDUA, 2004). Segundo ele, apesar de as sociedades indígenas da América portuguesa possuírem o conhecimento da biodiversidade nativa, não despertavam por esta um grande interesse econômico, se comparadas, por exemplo, com as complexas estruturas produtivas e tecnológicas encontradas pelos espanhóis na Mesoamérica e nos Andes (PÁDUA, 2004, p. 74).

O período de ampliação do interesse português pela floresta é marcado pelas ideias filosóficas oriundas da Ilustração, que repercutiam na Europa do século XVIII, ganhando forma na colônia com os modelos de conservação das matas e de métodos mais eficazes de extração e beneficiamento das madeiras, o que ocorria pelo menos na teoria.

O território de Ilhéus estava “pela maior parte ainda coberto de espessas matas” que seus habitantes “procuram diariamente destruir, só com a pequena utilidade de uma até quatro plantações, feitas no espaço de dezesseis ou vinte anos, sem contudo aproveitarem as preciosas madeiras de construção, tinturaria e machetaria que elas contêm”. A população local não utilizava corretamente a sua riqueza florestal, dedicando-se a uma agricultura banal e predatória. (...) Para um “espectador filósofo”, no entanto, tal realidade era inaceitável (2004, p. 93).

Várias sugestões de aproveitamento da floresta ou planos de conservação das matas resultaram de algumas iniciativas como, por exemplo, as de Francisco Nunes da Costa e Baltasar da Silva Lisboa que, com esse intuito, tentaram combater o desperdício e a destruição das floretas da região. Essas orientações também serviam para que se melhorassem os cortes imprecisos das árvores, já que, na derrubada de uma espécie de interesse real, acontecia de esta cair sobre outras espécies menores e, por conta disso, inutilizá-las para outras aplicações. Os cortes feitos sem as medidas corretas solicitadas nas listas de remessas de madeiras nem sempre se tornavam garantia de execução correta, acarretando emendas de madeiras com dimensões menores que as exigidas para a construção de navios.

O mau método com que se cortavam os paus era outro golpe fatal para a Real Fazenda, porque era feito o seu falquejo sem exame algum, nem atenção ao estado em que se achava o pau, nem às dimensões pedidas, o que também algumas vezes procedia das informes relações, que para esse fim se remetiam pelo Arsenal da Marinha da Cidade da Bahia, seguindo-se disso o prejuízo da Real Fazenda, e outras vezes

dos Fabricantes, a quem obrigavam a aceitar os paus refutados, apesar de não proceder deles o erro das bitólas.⁶⁹

O que se verifica no final do século XVIII é que, por mais que algumas ideias Iluministas atravessassem o Atlântico e fossem implantadas na prática dos processos extrativistas florestais, seu sucesso ainda dependia de uma aceitação e de boa execução das teorias pelos próprios funcionários dos cortes de madeiras. Uma das ideias alimentadas por esse pensamento Iluminista foi de que os árvoredos próximos aos rios navegáveis deveriam ser de uso exclusivo da Coroa, o que fez concentrar por muitas vezes os cortes de madeiras nesses espaços.⁷⁰

Outro fator que esteve associado à localização dos cortes de madeiras foi a existência de concentração de algumas espécies florestais, o que fez com que os cortes se instalassem em determinadas regiões até o esgotamento das matas. A área da atual cidade de Ilhéus se tornou fornecedora, por exemplo, de jequitibá. A extração de madeiras como vinhático e potumuju, aplicadas na fabricação de forros de navios, tiveram suas áreas de concentração ao Norte da Capitania de Ilhéus, região hoje correspondente à cidade de Valença e áreas circunvizinhas.⁷¹

O acesso mais ao Sul, pela Barra do Morro de São Paulo, faz contato com os rios Una, Cairu e Mapendipe, cortando áreas como a Ilha de Tanharé, a vila de Valença e a aldeia de São Fidélis. O acesso mais ao Norte, pelo rio Jequiriçá, além de informar o limite entre as Comarcas da Bahia e a de Ilhéus, a partir de uma linha vermelha que margeia a parte superior ao rio, seguindo até a Barra do Morro de São Paulo, indica, também, na área próxima em que se cruza o rio de cima para baixo, do lado direito desta linha, a presença de uma serraria.⁷²

Os diversos cortes de madeiras abertos ao longo do século XVIII tinham o intuito de retirar o máximo de madeiras para o suprimento das encomendas de Lisboa e atender as necessidades da Ribeira de Salvador. Dentre as diversas vias fluviais utilizadas para a extração madeireira e o transporte de madeiras, podemos identificar algumas das mais importantes ou mais produtivas: a dos rios Una e Jequié, mais ao Norte da Capitania, e a dos rios Patipe e das Contas, ao Sul.

⁶⁹ Texto adaptado do original. O presente mapa (tabela) faz parte de um apêndice do documento: Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus (atribuo a autoria a Domingos Alves Branco Muniz Barreto; ano provável 1800). Ms 512 (47, doc. 2). p. 9. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

⁷⁰ As informações retiradas das *memórias, ofícios e notícias*. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

⁷¹ Idem.

⁷² Idem.

Os pranchões de vinhático, e potumujú, a titulo de serem para a encomenda do Real Palácio, e que o Governador [detriminou] fossem comprados sem vexame, e a [avensadas] partes foram tomados em todos os Estaleiros dos Rios Jequié, e Jequiriçá, e então de novo propôs tanto ao Governador, como a Junta da Real Fazenda, que aqueles pranchões se deviam desdobrar estabelecendo-se Serrarias depois do total o que fosse melhor para a Marinha de Guerra, o que sobrasse (por ser mais inferior) fosse o Juiz Conservador quem vendesse aos particulares.⁷³

O surgimento dos cortes de madeiras na Capitania de Ilhéus no século XVIII, em um primeiro momento, não esteve ligado à localização de povoados ou vilas. A presença de espécies de agrado para a utilização da Coroa na indústria naval foi o que viabilizou o surgimento, a manutenção e o desenvolvimento de alguns núcleos de povoação que se mantiveram dentro do cenário econômico colonial a partir da exploração florestal. Em outras palavras, criavam-se os cortes de madeiras e, posteriormente, devido à intensa comercialização de madeiras realizada nessas regiões, tornava-se possível uma circulação monetária capaz de incentivar e manter o afloramento de uma modesta economia local.

4.2 CONEXÕES COMERCIAIS

Parte da historiografia tem buscado rever alguns aspectos sobre o caráter do comércio desenvolvido durante o período colonial entre o Brasil e Portugal frente às várias e distintas relações comerciais estabelecidas dentro da própria colônia, que seriam responsáveis por absorver parte da produção dos diversos gêneros produzidos na América portuguesa, com as capitanias representando os diversos caminhos para aquisição ou vendas de produtos.

Durante o período colonial e, principalmente, no século XVIII, desenvolveu-se na América portuguesa um importante mercado doméstico consumidor. O historiador Fragoso (FRAGOSO, 1998) analisou que as características que comporiam esse mercado seria uma administração colonial hierarquizada, composta por uma elite mercantil e, ao mesmo tempo, com uma economia desenvolvida no âmbito da colônia, no caso específico, no Rio de Janeiro. Essa praça comercial também foi alvo dos

⁷³ Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus (atribuo a autoria a Domingos Alves Branco Munis Barreto; ano provável 1800). Ms 512 (47, doc. 2). p. 34. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

estudos de Sampaio (SAMPAIO, 2010), ao analisar a atuação dos homens de negócios que fizeram parte da formação das hierarquias sociais do Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII.

Lapa considerou Salvador como uma das praças mercantis da América portuguesa no século XVIII, afirmando que para lá eram importados tecidos do oriente. Observou ainda que era preciso considerar o fato de não se realizar uma absorção total desses itens junto ao mercado local, sendo eles, portanto, redistribuídos para outras capitânicas do Brasil ou até mesmo para outras partes do mundo (LAPA, 2000, p. 276-278).

Esse percurso comercial empreendido dentro do quadro econômico colonial Fragoso entendeu como acumulação endógena, que estaria embasada na circulação de produções ligadas ao abastecimento interno. Logo a realização de todas as etapas de movimento no espaço colonial implicaria a retenção de seu excedente no interior da economia da colônia (FRAGOSO, 1998, p. 27). Dessa forma, a circulação comercial colonial envolveu diversos produtos e diversas regiões.

existiam os criadores de porcos, charqueadas, as fazendas de pecuária bovina, os produtores de mandioca, entre outros produtores para o abastecimento interno, disseminados por Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, etc. (FRAGOSO, 2001, p. 336).

Em um dos seus estudos sobre a economia colonial, Freyre ressalta que o colonizador português foi o primeiro dentre os colonizadores modernos a deslocar a base da colonização da pura e simples extração de riqueza, mineral, vegetal ou animal, como o ouro, a prata, a madeira, etc., para a criação local de riqueza (FREYRE, 1998, p. 17). É em meio a esses circuitos internos que se insere a exploração madeireira. Além de fornecer matéria-prima para atender as necessidades da indústria naval lisboeta, a madeira extraída na América portuguesa serviu para suprir as próprias necessidades da produção local. A exploração madeireira orientou uma intensa ligação entre capitânicas fornecedoras de matéria-prima para a indústria naval.

Lapa afirma que, entre os anos de 1788 e 1801, elas figuravam como grandes fornecedoras de madeiras para a ribeira da Capitania da Bahia, Ilhéus e Alagoas (LAPA, 2000, p. 32). Outras capitânicas que entraram nesse circuito de distribuição para Salvador e também para a Capitania de Ilhéus foram as Capitânicas do Espírito Santo e de Porto Seguro, em vários tempos, ordenadas a abrir cortes de madeiras nessas regiões para que

se garantisse o suprimento do abastecimento madeireiro.⁷⁴ O comércio de madeiras nessas regiões esteve voltado, em especial, para o abastecimento da indústria naval, fosse da metrópole, fosse da colônia.

Apesar de a maior parte dos documentos trabalhados e de os estudos dedicados à exploração madeireira na Bahia afirmarem que as madeiras extraídas da região da Mata Atlântica, principalmente entre Alagoas e a Capitania do Espírito Santo, convergiam, em especial, para Salvador, existem informações que dão conta de outros contatos comerciais. Um ofício de 1789 solicitou madeiras em toras para as naus e fragatas, ordenando, pelo mesmo documento, que partissem brevemente com as encomendas em navios mercantes com destino a Pernambuco.⁷⁵

A importância da produção madeireira era grande para o período, pois não se tratava de apenas promover o abastecimento da indústria naval, embora existisse a utilização de madeiras em outros segmentos. No final do século XVIII, dentre as riquezas da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Cairu, o maior comércio estabelecido entre os habitantes locais era a extração de madeiras, não só para a utilização na construção naval, como também para a construção de edifícios da cidade e do Recôncavo, sendo essa madeira também utilizada na fabricação de carradas para caixões de açúcar (LAPA, 2000, p. 29).

Frente a esse mercado consumidor interno, que absorvia boa parte da produção madeireira, existiam ainda inúmeras exportações para outras regiões do Império português. Em um estudo de Antunes, há informações sobre a existência, no início do século XIX, de alguns fluxos mercantis coloniais de distintas mercadorias, algo que permitiu conexões de longa distância entre África, Oriente, Macau e Rio de Janeiro (ANTUNES, 2001, p. 381). Esse cenário comercial favoreceu o ir e vir de mercadorias entre as diversas colônias portuguesas.

As relações comerciais empreendidas com Angola foram responsáveis, por exemplo, pela entrada de um grande contingente de mão de obra escrava no Brasil (FERREIRA, 2001, p. 341). O comércio com Angola também favoreceu a saída de produtos. Segundo Lapa, o século XVII já sinalizava um grande fluxo de comércio de madeiras rumo a Angola (LAPA, 2000, p. 26).

⁷⁴ Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes de madeiras, regulamento dos cortes e estado atual ... Por Baltazar da Silva Lisboa, 1803, f. 8, ms. 512 (56, doc. 24) p. 54 e 56. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

⁷⁵ Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes de madeiras, regulamento dos cortes e estado atual ... Por Baltazar da Silva Lisboa, 1803, f. 8, ms. 512 (56, doc. 24), p. 56. Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

Uma característica tanto do mercado interno quanto do externo era a condição sob a qual essas madeiras eram comercializadas. Elas não seguiram para Lisboa, áreas do Império ou para outras capitâneas da América portuguesa, em sua essência, na forma de toras. Existiram algumas serrarias responsáveis por transformar as toras de madeiras em pranchões (peças cortadas em formato de folhas para facilitar o transporte) ou em peças prontas ou parcialmente prontas. Existem registros de estaleiros na Comarca de Ilhéus e Capitania da Bahia onde eram fabricadas embarcações de pequeno, médio e grande porte, em muitos casos, elas eram utilizadas para o próprio transporte das madeiras extraídas nos cortes. A economia madeireira estimulou todo um sistema comercial e industrial tanto oficial quanto particular (LAPA, 2000, p. 26).

A Coroa portuguesa preocupou-se ao máximo em restringir o uso da floresta por particulares, em especial, no século XVIII; e, ao mesmo tempo, em reservar para a metrópole a garantia de suprimento madeireiro. Por um lado, as reservas florestais encontradas no Atlântico Sul apresentaram-se como uma renovação súbita das reservas de madeira e também promoveram possibilidades de manutenção e até mesmo de extensão do poderio naval português (CABRAL, 2008, p. 218). Por outro, estimularam as relações comerciais com os diversos cantos do Império, além de promover uma circulação comercial interna responsável por estimular e desenvolver a economia.

5 CONCLUSÃO

A importância dada à Mata Atlântica brasileira como fonte de recursos para a economia metropolitana e colonial esteve durante muito tempo associada praticamente à produção agrícola. Seria mais útil ter a floresta devastada para dar lugar a fazendas de cana-de-açúcar do que para preservar os seus próprios recursos florestais. A riqueza das matas brasileiras despertou o interesse ao longo dos anos, principalmente dos colonizadores, que logo viram seu potencial para a exploração. A Capitania de Ilhéus teve, na atividade madeireira, um dos principais vetores de renda para as populações locais, contribuindo para uma maior monetarização dessa economia e um maior desenvolvimento comercial, favorecendo até o surgimento de uma elite comercial. As áreas da Capitania e, posteriormente, a Comarca de Ilhéus, onde foram implantados os Cortes Reais de madeiras, tiveram suas economias estimuladas por conta da realização de pagamentos da Fazenda Real. Até o início do século XIX, algumas das vilas e povoações mais prósperas da então comarca eram de origem dos cortes de madeiras, como Valença, Boipeba e Igrapiúna.

Além de atuar na moldagem das paisagens, tanto por meio da retirada de madeiras de determinadas regiões (surgindo dessas áreas pastos para criação de gados ou locais para produção agrícola), quanto da ocupação territorial pelo homem de regiões que apresentavam uma boa riqueza florestal, a exploração madeireira promoveu a inserção de diferentes grupos daquelas sociedades dentro de uma hierarquia instituída para o comércio da floresta. Estabeleceram-se na Capitania de Ilhéus diversos cargos e funções que envolviam senhores de engenho e de escravos, pequenos agricultores e fabricantes de madeiras, além de grupos menores, como os de carpinteiros, serradores, falquejadores e estradeiros, bem como de índios aldeados e escravos.

A exploração madeireira nesse período esteve voltada para atender tanto as necessidades de um mercado consumidor permanente em Portugal, que era amparado por uma indústria naval em pleno desenvolvimento no século XVIII, promovida pelas questões comerciais que envolviam o deslocamento para as distintas colônias no globo, como também as necessidades militares, em decorrência das profundas transformações ocorridas na Europa em finais do século em questão, a partir da Revolução Francesa. Além disso, concorreu com essa exportação o comércio interno de madeiras.

Os estudos de Fragoso (FRAGOSO, 1998) serviram como um bom suporte explicativo para compreender a circulação econômica de madeiras na colônia,

estimulada pela criação de serrarias e estaleiros, o que facilitou, por exemplo, a ampliação da construção naval na América portuguesa e a compreensão dos quadros administrativos, os quais, embora partissem de características derivadas da metrópole, encontraram na colônia tons mais distintos, proporcionados pela distância do seu centro e pela “emancipação” de uma elite local, produzida durante os mais de três séculos de colonização, e que se ocupou em reter diversos cargos administrativos coloniais.

Os estudos de Nora (NORA, 1993) e Ginzburg (GINZBURG, 1990) contribuíram para uma concepção metodológica das fontes primárias, como as *memórias* do século XVIII ou os mapas da época. Essas fontes, para a concepção de Nora, foram visitadas como “restos de memória” deixados por grupos do passado e hoje utilizados pela história a partir de confrontações de informações contidas nos documentos e mapas da época. Para os critérios de Ginzburg, tratou-se de pistas analisadas com muito cuidado, para a obtenção de respostas mais concretas sobre a localização de áreas de exploração e de espécies florestais comercializadas, além das suas interferências nas transformações administrativas e econômicas da sociedade pertencente a Ilhéus do século XVIII.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 1988.

ACCIOLI, Inácio. **Memórias históricas, e políticas de província da Bahia**. Imprensa Oficial do Estado da Bahia, Volumes I e II. Bahia, 1925.

ALBUQUERQUE, Carlos Eduardo Camargo de. e LATORRACA, João Vicente de Figueiredo. **Influência das características anatômicas da madeira na penetração e adesão de adesivos**. v. 7, n.1, p.158 - 166, jan./dez. 2000.

ANTUNES, Luís Frederico Dias. Têxteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indo-brasileiro (1808-1820). In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 379-420.

BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 189-222.

_____. As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.). **Na Trama das Redes: Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 343-371.

BOXER, Charles R. **A Idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil**. Positivo, 2005. Disponível em:
<http://www.educacional.com.br/classicos/obras/dialogos_das_grandezas_do_brasil.pdf>. Acesso em: 20/11/2013.

CABRAL, Diogo de Carvalho. Floresta, política e trabalho: a exploração das madeiras-de-lei no Recôncavo da Guanabara (1760-1820). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n° 55, p. 217-241 – 2008.

_____. **Homens e árvores no ecúmeno colonial** Uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825. 324p.

Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

CAMPOS, João da Silva. **Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3. ed. Ilhéus: Editus, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. O trabalho na colônia. In: LINHARES, Maria Yedda CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Org.) **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 69-110.

DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial**. 354p. Tese. (Doutorado em História Social Moderna). Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2007.

_____. A floresta mercantil: exploração madeireira na capitania de Ilhéus no século XVIII. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 193-214 – 2010. PDF.

_____. A capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. In: DIAS, Marcelo Henrique e CARRARA, Ângelo Alves (Org.). **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau**. Ilhéus: Editus, 2007. p. 47-114.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia. Das letras, 1996.

FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolônial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In. FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 339-378.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)**. 2. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1998.

_____. A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820. In. FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 319-338.

_____. **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 2006.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro ; FREITAS, A. F. G. . Caminhos ao encontro do mundo: a capitania de Ilhéus, os frutos de ouro e a Princesa do Sul (Ilhéus 1534-1940). 182: Editus, 2001.

FRANÇA, José Augusto. Lisboa: Urbanismo e Arquitectura. 1ª ed. v. 53. Lisboa, Biblioteca Breve, 1980. Disponível em:

<http://pt.scribd.com/doc/119093949/Lisboa-Urbanismo-e-arquitectura-por-Jose-Augusto-Franca#page=37> Acesso em: 30/01/2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 34ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1998.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” In: _____. Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143-180.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 285-316.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 163-188.

_____. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.) **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 43-93.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo, 26. ed. Companhia das Letras. 1995.

HUTTER, Lucy Maffei. “A madeira do Brasil na construção e reparos de embarcações”. **Revista do instituto de estudos brasileiros**, v. 26, 1986.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII**. Vitória da Conquista, Edições Uesb, 2012.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. “Entre o rei e a lei: natureza, legislação ilustra da e conflitos no final do período colonial”. **Textos de história**, v. 11 (1/2), 2003.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a carreira da Índia**. São Paulo, Companhia Editora Nacional/USP, 1968.

LIMA, Ana Paula dos Santos. Baltasar da Silva Lisboa: O Juiz Conservador das Matas de Ilhéus (1797–1818). **Revista crítica histórica**. Ano II, Nº 4, Dezembro/2011.

MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João, ALMEIDA, Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (Org.). **Conquistadores e negociantes**: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 403-434.

MAXWELL, Kenneth. **Marques de Pombal**: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MILLER, Shawn William. **Fruitless Trees** – Portuguese Conservation and Brazil's Colonial Timber. Stanford, California: Stanford University Press, 2000. 325p.

MIRANDA, Frederico Antunes Sanches de. **Caracterização dos Edifícios Pombalinos da Baixa de Lisboa**. Dissertação (Mestrado Integrado em Engenharia Civil – Perfil de Construção) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2011. 215p.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda, FERLINI, Vera Lucia Amaral. **Modos de Governar**: ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI – XIX. São Paulo: Alameda, 2005. p. 93-118

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sesmarias em Portugal e no Brasil. **Revista Politeia: Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 111 – 139, 2001. PDF.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, nº 10, p. 7-28, dez. 1993. PDF.

NOVAIS, Fernando Antonio. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808)**, São Paulo, HUCITEC, 1989.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. RJ, Zahar, 2004.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense 1994.

SALGADO, Graça (coord.) **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Brasília: INL, 1985. 452 p.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Os homens de negócio e a Coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII. In. FRAGOSO João e GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 1, p. 459-484.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 -1835**. São Paulo Companhia das Letras, 1998.

TACHOT, Louise Bénat. In: PAIVA, Eduardo França e ANASTASIA, Carla Maria Junho. (Org.). **O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX**. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH/UFMG, 2002. p. 79-104.